



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
JORNALISMO

**“VERÃO DA LATA” E A RENOVAÇÃO DA LINGUAGEM  
NA COBERTURA DE DROGAS E CIDADES**

**DANIEL SALGADO DE ABREU**

RIO DE JANEIRO

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
JORNALISMO

**“VERÃO DA LATA” E A RENOVAÇÃO DA LINGUAGEM  
NA COBERTURA DE DROGAS E CIDADES**

Monografia submetida à Banca de Graduação como  
requisito para obtenção do diploma de  
Comunicação Social/ Jornalismo.

**Daniel Salgado de Abreu**

**Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Pires**

RIO DE JANEIRO

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

**TERMO DE APROVAÇÃO**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia “**Verão da Lata**” e **a renovação da linguagem na cobertura de drogas e cidades**, elaborada por Daniel Salgado de Abreu.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia ...../...../.....

Comissão Examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Pires  
Doutor em Literatura Comparada pela Faculdade de Letras - UFRJ  
Departamento de Comunicação - UFRJ

Prof. Cristiane Henriques Costa  
Doutora em Comunicação pela Escola de Comunicação - UFRJ  
Departamento de Comunicação -. UFRJ

Prof. Fernando Ewerton Fernandez Junior  
Doutor em Ciência da Informação pelo IBICT/Escola de Comunicação - UFRJ  
Departamento de Comunicação – UFRJ

RIO DE JANEIRO

2017

## FICHA CATALOGRÁFICA

DE ABREU, Daniel Salgado.

“Verão da Lata” e a renovação da linguagem na cobertura de drogas e cidades. Rio de Janeiro, 2017.

Monografia (Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo) –  
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação –  
ECO.

DE ABREU, Daniel Salgado. “Verão da Lata” e a renovação da linguagem na cobertura de drogas e cidades. Orientador: Paulo Roberto Pires. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO. Monografia em Jornalismo.

## RESUMO

Este trabalho analisa a cobertura feita entre 1987 e 1988 pela imprensa carioca sobre o “Verão da Lata” em seus cadernos de cidade, mais especificamente nas páginas de *O Globo* e *Jornal do Brasil*. Em particular, de que maneira essas reportagens e artigos diferem do que foi feito até então na reportagem brasileira, em especial na sua abordagem para três assuntos: as drogas ilícitas, a divisão social e econômica nas grandes metrópoles e a violência urbana gerada por elas. Portanto, de que maneira o jornalismo é parte ativa do processo de criação das narrativas e opiniões de seus leitores sobre a cidade que os cerca. Além de explorar a história, estigmas e práticas associadas aos dois assuntos no jornalismo, também examina-se qualitativamente, através da Análise do Discurso Crítica, sete reportagens feitas na época do “Verão da Lata” pelos dois jornais cariocas.

### **Dedicatória**

Aos meus pais, Augusto e Dolores, que tudo me deram e a quem amo mais do que tudo.  
Aos meus avós e tios, ao meu lado desde o começo. Aos meus amigos, que amo e tanto  
admiro. Ao meu professor, Paulo Roberto Pires, pela essencial orientação durante este  
processo. E, em especial, à minha avó Celeste dos Anjos Ramos, que não pôde ver este  
trabalho mas esteve sempre zelando por mim.

## ÍNDICE

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>2. AS DROGAS E O JORNALISMO .....</b>	<b>5</b>
2.1 O jornalismo e a maconha ao longo da história.....	6
2.2 Os leitores e as drogas.....	10
2.3 As drogas nos boletins policiais.....	13
<b>3. O JORNALISMO E A CIDADE.....</b>	<b>18</b>
3.1 O jornalismo de cidade ganha novas técnicas.....	19
3.2 O Tempo na narrativa jornalística.....	26
3.3 O Estigma e a Notícia.....	32
3.4 Equilibrando expectativas.....	33
<b>4. ANÁLISE DAS REPORTAGENS.....</b>	<b>37</b>
4.1 A Análise do Discurso Crítica.....	38
4.2 As ferramentas de análise.....	40
4.3 Análise dos objetos.....	41
<b>5. CONCLUSÃO.....</b>	<b>57</b>
<b>6. BIBLIOGRAFIA</b>	

*Os chassídicos contam uma história sobre o mundo que virá em que tudo lá será como é por aqui. Assim como nosso quarto é agora, assim ele será no mundo que virá; as roupas que vestimos hoje, serão as mesmas no próximo mundo. Tudo será como é agora, apenas um pouco diferente.*

*(Ben Lerner, 2014)<sup>1</sup>*

## 1. INTRODUÇÃO

De boca a boca, o “Verão da Lata” deixou de ser apenas uma questão de boletins policiais na imprensa para invadir a cultura: músicas, camisetas, livros e documentários foram feitos em homenagem ao acontecimento. Dezenas de reportagens narraram a chegada das milhares de latas lacradas com maconha nas praias do sul e sudeste brasileiro. Com contornos de romance policial, a história da tentativa frustrada de tráfico internacional de drogas protagonizada pelos tripulantes do navio “Solana Star” foi destrinchada entre setembro de 1987 e março de 1988 nas páginas da grande imprensa.

Logo se soube que Stephen Skelton, cozinheiro da embarcação, seria o único preso pelo crime cometido no litoral fluminense. Por isso, a ação da Polícia Federal recebeu repetido destaque em manchetes ao longo de todo o processo. Mas nada disso explica a permanência do caso no imaginário popular carioca. Mais do que isso, dentre as milhares de latas que boiavam no litoral carioca, muitas foram parar na mão da população civil.

Além da permanência como acontecimento cultural, o “Verão” se destacou pelas maneiras como não foi descrito. Parte considerável das reportagens feitas sobre venda, compra e uso de entorpecentes figuram exclusivamente no âmbito da violência urbana e de segurança pública, com uma longa e profunda associação entre maconha, tráfico de drogas e falência social nos jornais do Rio de Janeiro. Mas, por conta de sua chegada que fugiu do contexto do crime organizado carioca, as latas do “Solana Star” não foram alvo da mesma contextualização.

O seguinte trabalho se propõe, portanto, a entender se o “Verão da Lata” aparece como emblemático na história do jornalismo carioca. O objetivo é analisar, através do estudo bibliográfico sobre como as drogas ilícitas e as próprias cidades aparecem nos jornais, quais são os padrões por eles estabelecidos para essas duas coberturas. Além disso, observar de

---

<sup>1</sup> Tradução do autor. LERNER, Ben. **10:04**. Nova Iorque: Faber and Faber, 2014. p 2

que maneira o “Verão” foi, de fato, retratado na grande imprensa do Rio de Janeiro através do *Jornal do Brasil* e *O Globo*. Por fim, o trabalho tenta entender de que maneira os objetos analisados dialogam com as tendências discursivas apontadas anteriormente, seja mantendo ou afastando-as.

Com essas propostas em mente, uma revisão bibliográfica nos dois primeiros capítulos procura dar conta de contextualizar o ocorrido com outros casos similares na história da imprensa brasileira, além de buscar mostrar um arcabouço teórico que contemple o jornalismo, a cidade e as drogas ilícitas. No terceiro capítulo, então, o trabalho passará para uma análise qualitativa de reportagens feitas pelo *Jornal do Brasil* e *O Globo* sobre o “Verão da Lata”. Para isso, a metodologia de Análise do Discurso Crítica foi escolhida. O objetivo é descobrir se, na cobertura desses dois jornais, o “Verão” possibilitou uma mudança de formato e tom em relação ao visto nos capítulos anteriores.

O primeiro capítulo aborda as relações entre imprensa e drogas ilícitas, analisando como esses entorpecentes — e, mais em específico, a maconha — foram retratados no jornais brasileiros ao longo do século XX. Pesquisas, teorias e reportagens de diversas épocas serão analisados para poder montar um panorama da transformação discursiva do assunto até a chegada do “Verão da Lata”, no final da década de 1980. Mais especificamente, se observa como a maconha alcançou um status de inimigo público nos jornais durante as décadas de 1940 e 1950, culminando em fortes campanhas antidroga nos anos seguintes.

Subdivido em três partes, o capítulo primeiro apresenta uma história da maconha na imprensa brasileira e como ela assumiu um papel progressivamente negativo nesse espaço ao longo da primeira metade do século XX. Além disso, os fatores que levaram a uma mudança de paradigma do final dos anos 1980, época em que as reportagens sobre a droga passaram a se tornar menos agressivas, serão esmiuçados.

Em seguida, é feita uma análise do público leitor da Zona Sul que também é usuário de drogas. Nesse caso, foi consultado principalmente o livro “Nobres & Anjos”, em que Gilberto Velho realiza uma etnografia do consumo de drogas entre a elite financeira e cultural do Rio de Janeiro nos anos de 1970.

Por fim, é abordada a questão da associação entre as drogas e os boletins policiais. Mais especificamente, em como essa ligação foi feita pela imprensa brasileira e como isso resultou, ao longo dos anos, no papel simbólico e discursivo da maconha como uma das maiores mazelas sociais do Rio de Janeiro. O objetivo é entender como a droga se tornou

quase exclusivamente um assunto de segurança pública, pouquíssimas vezes sendo tratada como uma pauta de comportamento ou cultura.

O segundo capítulo trata da relação simbiótica entre o jornalismo e a cidade, local que ao mesmo tempo permite a existência da imprensa organizada e acaba por se tornar seu principal objeto de descrição. No contexto do “Verão da Lata”, o objetivo é compreender como essa dinâmica entre repórter, leitor e as ruas pode ter impactado na maneira como o acontecimento foi noticiado durante seu desenrolar. Especificamente, de que maneira os muitos locais em que as latas apareceram foram retratados e se os fatores populacionais da região influenciaram nessas diferenças.

Para isso, o capítulo é subdividido em quatro partes. A primeira aborda o processo histórico de surgimento e criação das técnicas utilizadas pelos repórteres de cidade na transição do século XIX para o XX, e de que maneiras esse tipo específico de reportagem se estabeleceu nos jornais diários das principais metrópoles do mundo. Além disso, são apresentados fatores econômicos, sociais e culturais que serviram como forças que moldaram o noticiário de cidade nesses anos formativos.

Na segunda parte, o objetivo é apresentar a temporalidade da notícia como fator determinante no tom de voz e abordagem das reportagens que tratam do espaço urbano e de seus moradores. Como, por exemplo, os arcos narrativos das reportagens, publicadas diariamente e muitas vezes dialogando internamente para a construção de uma visão de mundo, são uma causa determinante para a reprodução de discursos dentro das páginas dos jornais.

É a partir dessa reflexão que a terceira parte toca nos estigmas sociais no jornalismo. Mais especificamente, de como o jornalismo de cidade estabelecido no século XX tem como um de seus maiores efeitos colaterais a criação desses estigmas sobre determinados grupos, ações e instituições na sociedade, incluindo os usuários de drogas. O caso específico da realidade brasileira e principalmente carioca, com sua profunda divisão social urbana, também é apresentado como representativo dessa questão.

Na quarta e última seção, o relacionamento entre notícia, jornalista e leitor são abordados. Trata-se de analisar de que maneira o relacionamento entre os três se desenvolve e se retroalimenta. Como o jornalista afeta o ponto de vista da sociedade civil e como essa mesma sociedade expõe suas expectativas sobre o que é ou não notícia, algo que pauta o

trabalho do repórter. A discussão é vista também em situações mais extremas, como no caso dos estigmas apresentados anteriormente.

Por último, no terceiro capítulo, é feita a análise de reportagens publicadas no *Jornal do Brasil* e *O Globo* durante o “Verão da Lata”, mais especificamente entre os meses de setembro de 1987 e março de 1988. Os objetos que são apresentados foram adquiridos em pesquisa feita na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, onde estão disponíveis os arquivos do *Jornal do Brasil* em sua totalidade; e no acervo de *O Globo*, que foi acessado mediante pedido ao setor de pesquisa do jornal.

Com 37 documentos relacionados, sete dessas reportagens servem de base para que seja realizado um estudo qualitativo. Para isso, a metodologia escolhida é a da Análise do Discurso Crítica, especificamente como proposta pelos autores Norman Fairclough e Teun Van Dijk. A escolha de uma metodologia para análise qualitativa se deu por conta da natureza do material. Não há um número grande o suficiente que fosse feita uma observação frutífera em níveis quantitativos. Porém, as reportagens escolhidas demonstram uma rica profundidade linguística, estrutural e semiótica que favorecem a primeira opção.

A Análise do Discurso Crítica é utilizada justamente por sua natureza interdisciplinar. Composta de influências da linguística, comunicação, antropologia, sociologia e psicologia, a metodologia se estrutura em torno de questões maleáveis aplicáveis ao discurso – que inclui o jornalístico – analisado. Ao buscar a união das análises do texto – suas frases, coesão e características gramaticais e estilísticas – com seu contexto de produção e recepção social e histórico, a teoria servirá para entender como essas dimensões se apresentam no *Jornal do Brasil* e no *Globo* durante o desenrolar do “Verão da Lata”.

Assim, ao passo dessas três etapas, o trabalho busca analisar como o “Verão da Lata” se apresentou no jornalismo carioca, demonstrando uma particularidade em relação a cobertura usual sobre drogas ilícitas. Mais do que isso, comparar também as linhas editoriais e os critérios estéticos, políticos e jornalísticos de ambos o *Jornal do Brasil* e *O Globo*, apresentando as diferenças de abordagem dos dois no final da década de 1980.

## 2. AS DROGAS E O JORNALISMO

*A novidade era o máximo  
Do paradoxo estendido na areia  
Alguns a desejar seus beijos de deusa  
Outros a desejar seu rabo pra ceia*

*(Gilberto Gil, 1986<sup>2</sup>)*

No final de 1987, mais especificamente no verão, milhares de latas lacradas com maconha embalada a vácuo encalharam pelo litoral brasileiro. Primeiro no estado de São Paulo, depois em Macaé e enfim chegando nas praias de todo o Sudeste e Sul, as latas começaram a ser disputadas a tapa pelos banhistas. A palavra que corria o país era a mesma: dentro delas, de muitas delas, o conteúdo era maconha prensada – e, ao que se dizia, da melhor qualidade. Sua aparição, que entraria para o folclore dos anos 1980, rendeu posteriormente um livro e um documentário.<sup>3</sup> O que significou, naturalmente, uma cobertura intensa na imprensa da época, levando o episódio a ser conhecido como o “Verão da Lata”, na virada de 1987 para 1988. Foram dezenas de matérias, reportagens e notas publicadas ao longo dos meses em que a população do sudeste recebia milhares de latas traficadas em suas praias.

E no caso dos jornais, em particular, o “Verão” foi alvo de uma complexa cobertura por parte dos dois maiores diários do Rio de Janeiro de então: o *Jornal do Brasil* e *O Globo*, que disputavam um público economicamente similar mas socialmente distinto, com isso, também promovendo abordagens diferentes sobre o caso. E é através dessas reportagens que se evidenciam duas propostas de como realizar um trabalho de jornalismo de cidade. Para entender a especificidade dessa dinâmica do “Verão da Lata” e os dois jornais, antes, é preciso analisar a maneira com que as drogas foram tratadas nas publicações brasileiras anteriormente e posteriormente ao fato.

---

<sup>2</sup> Trecho da música “A Novidade”, escrita por Gilberto Gil, Bi Ribeiro, Herbert Vianna e João Barone.

<sup>3</sup> Respectivamente, o livro “Verão da Lata” do jornalista Wilson Aquino, publicado em 2012, e o documentário “O Verão da Lata – Deus é brasileiro” de Tocha Alves, de 2014. Essinger, S. **Livro e filme recontam história do Verão da Lata**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/livro-filme-recontam-historia-do-verao-da-lata-5479579> Acesso em: 15 de novembro de 2017.

## 2.1 O jornalismo e a maconha ao longo da história

Presente no país desde o século XVIII<sup>4</sup>, a maconha aparece na imprensa brasileira pelo menos desde o começo do século XX, quando o governo regulamenta de maneira concreta a proibição de sua venda, uso e plantio com legislações concebidas na década de 1910. É nesse contexto, no ano de 1930, que o ainda jovem jornal *O Globo* publica uma matéria em que mostra a facilidade da compra da maconha, então chamada de “diamba” nas ruas do centro do Rio de Janeiro.<sup>5</sup> A denúncia de estabelecimentos chamados de “herbanários” deu o tom para a cobertura que seria feita dali para frente em território brasileiro até, justamente, a virada dos anos 1980 para 1990.

Outro episódio, que se aproximou da abordagem feita até então com os herbanários, foi uma série de reportagens feitas por Vinícius Lima para o jornal *O Globo*. Conhecido por suas matérias autorais, raras nas décadas de 40 e 50, Lima chegou a passar quarenta dias dentro de um presídio carioca disfarçado como preso<sup>6</sup>. E foi em 1956 que escreveu as reportagens que lhe garantiriam menção honrosa no prêmio Esso do ano seguinte: “O Globo devassa o mercado maldito da maconha”<sup>7</sup>. Ao longo de duas semanas, o jornal carioca publicou em suas páginas a jornada de Lima, que percorreu um trajeto de milhares de quilômetros entre o Rio de Janeiro e o Nordeste em busca de uma suposta “linha do tráfico”. O repórter descreveu enormes plantações no sertão do Brasil, explicou os efeitos da droga para seus leitores e até disse ter a experimentado, tudo isso enquanto se disfarçava de “malandro e maconheiro”. O material, apesar de diligentemente apurado, pinta um panorama alarmante e de pânico para os leitores da capital. Já em seu primeiro lide, a mensagem é clara: “Não nos iludamos, a maconha é uma ameaça que se concretizará se não encontrar firme resistência”. *O Globo* e Lima descrevem o objetivo da série como “alertar a Nação e os responsáveis para o seu perigo”.

---

<sup>4</sup> Como visto na entrevista com Jean Marcel Carvalho, autor do livro “História da maconha no Brasil”. Teixeira, F. **Maconha ganha livro sobre sua história.** Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/historia/maconha-ganha-livro-sobre-sua-historia-no-brasil-15816320> Acesso em: 15 de novembro de 2017.

<sup>5</sup> Villela, G. **‘Pito de Pango’, na década de 30 maconha era vendida em herbanários.** Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/pito-do-pango-na-decada-de-30-maconha-era-vendida-em-herbanarios-do-rio-13352181> Acesso em: 9 de novembro de 2017

<sup>6</sup> Matéria jornal O GLOBO, 17/08/2005 - “Vinícius Lima, o intrépido repórter”.

<sup>7</sup> Matéria do jornal O GLOBO 24/04/1956

## **O Êxtase Sinistro da Maconha**



**D**EPOIS de um "baseado", o infeliz brasileiro que se vê na fotografia caiu no paraíso barato que ambicionava, o êxtase sinistro da maconha. Quando voltar a si e o efeito daerva maldita passar, já não será o mesmo homem. Mais um pouco da sua energia, da sua saúde, da sua dignidade como homem e como cidadão estarão perdidos talvez para sempre. E ele irá de queda em queda, de perda em perda até ser uma sombra de pessoa, um fantasma vivo, que, na melhor das hipóteses, será um peso morto para a sua terra, se não se constituir num problema, aumentando a fileira dos marginais do crime. Mostrar que a maconha é um flagelo dessa ordem é um dos objetivos da reportagem que, sob o título "O GLOBO Devassa o Mercado Maldito da Maconha", se encontrará já no seu 11.º capítulo na nona página deste caderno.

Figura 1 Box de uma das reportagens de Vinícius Lima para *O Globo*. O usuário de maconha era descrito como "Um peso morto para sua terra".<sup>8</sup>

Até os anos 70, os critérios editoriais da imprensa nacional não costumavam privilegiar reportagens sobre o consumo de drogas ilícitas no Brasil, mas o tom de voz remetia ao de Lima. A tímida cobertura não significava que as poucas notícias sobre o assunto não tivessem, em sua maioria, um viés negativo. O que se reforçou, naquela década, principalmente como repercussão de eventos internacionais. Como descrito por Fábio Mastroianni em "As drogas psicotrópicas e a imprensa brasileira: análise do material publicado e do discurso dos profissionais da área de jornalismo" (2006), o endurecimento da imprensa norte-americana em relação ao consumo de entorpecentes e o surgimento da chamada política de "guerra às drogas", que existe até os dias de hoje, acabou gerando uma

<sup>8</sup> Publicado no dia 12 de maio de 1956, na capa do jornal *O Globo*

onda similar em outros países, principalmente os que, como o Brasil, eram parte da rota internacional do tráfico de drogas.

Na ocasião, o Brasil não dispunha de dados epidemiológicos consistentes e, portanto, não se tinha ideia da situação nacional em relação às drogas psicotrópicas. Essa carência de dados abriu espaço para que se instalasse um verdadeiro “pânico”, especialmente envolvendo o uso de drogas ilícitas, como a maconha, cocaína, LSD e heroína, entre estudantes. [...] Nesse contexto, o jornalismo teve um papel significativo na divulgação do “pânico”. (MASTROIANNI, 2006, p 4)

A falta de informação vinda de estudos e censos formalizados permitiu, até o fim da década de 1980, que o tom das matérias se mantivesse altamente agressivo em relação ao consumo de drogas. A situação só se modificou no final daquela década, com o início de pesquisas, como as realizadas pelo CEBRID (Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas), que observaram grupos de estudantes e crianças em situação de rua. De acordo com Mastroianni, as pesquisas revelaram um retrato epidemiológico de número “relativamente discreto de usuários, predomínio das drogas lícitas (como solventes e alguns medicamentos psicotrópicos), bem como uma tendência ao aumento do consumo dessas drogas” (2006, p 5).

Na distinção entre drogas lícitas e ilícitas, faz-se necessário um adendo. De acordo com Carlos Torcato, em “Breve História da Proibição no Brasil: uma revisão” (2014), as drogas podem ser divididas em dois grandes grupos. São eles os “três grandes” – álcool, açúcar e tabaco – e “três pequenas” – ópio, maconha e os derivados de coca. No mesmo texto, o autor define os termos da proibição no Brasil, que teria começado a se fortalecer principalmente na reta final da Segunda Guerra Mundial, como “um exemplo mundial de adequação à política de drogas proibicionista defendida pelos EUA”. Outro ponto para explicar a firme animosidade da imprensa com a maconha é a história da chegada dela ao Brasil. Sendo trazida pelas populações escravizadas, e traçando suas origens à Índia do século XVI, ela foi primeiramente popularizada em regiões de baixa renda, utilizada principalmente por grupos marginalizados. Como visto na reportagem de Vinícius Lima, da época de popularização da droga pelos centros urbanos brasileiros, boa parte da plantação e uso da maconha então se dava no Sertão nordestino. (2014, p 152-153)

Ainda assim, a manutenção da abordagem alarmista na imprensa até os anos 80, se deu em parte pela falta de pesquisas e censos que traçassem um perfil do usuário de drogas brasileiro. Sem a clareza e o entendimento de quem eram esses usuários, os jornais acabaram por reproduzir um discurso calcado no medo desse “grupo social” desconhecido. Como

exemplificado por André Reyes Novaes em “Cartografia jornalística, imagem e significado: um estudo da representação das drogas ilícitas brasileiras” (2008), esse desconhecimento fez com que repórteres reproduzissem modelos de discurso já vigentes. Utilizando “esquemas já prontos”, eles não se permitiram uma mudança no tom de suas reportagens sobre a maconha ou de outras drogas. (2008, p 243).

Ou, seja, a falta de informação permitiu que o jornalismo brasileiro, em especial até os anos 80, servisse de canal para os discursos dos poderes estatais que buscavam reprimir o consumo de drogas. Como assinalado anteriormente, não é coincidência que se trate da época do endurecimento da “guerra às drogas” dos Estados Unidos e da Ditadura Militar brasileira, ao mesmo tempo conservadora com relação ao uso das drogas e altamente interessada em alinhar seus interesses com os norte-americanos.

Como observa Mastroianni (2006), o quadro só começa a se transformar com o início das pesquisas do CEBRID justamente em 1987, o ano do “Verão da Lata” – o que situa o episódio no exato momento dessa transformação discursiva. Se trata de uma época de mudança de paradigma, em que as drogas passaram a ser objeto de estudo acadêmico formal no país, o que, contudo, só geraria repercussões na imprensa nos anos seguintes. Há, então, um leve descompasso que se reflete nos dois jornais e seus públicos alvos.

Ana Noto et al. (2013), no capítulo “Cobertura jornalística sobre drogas: distorções e potencialidades na prevenção” no livro “Ações Integradas sobre Drogas”, descrevem como a imprensa impacta diretamente a agenda da saúde e segurança pública, em especial envolvendo as políticas sobre uso de drogas. Citando a teoria de *agenda-setting*, os autores destacam o poder dos meios de comunicação em transformar e moldar a opinião de seus leitores sobre os mais variados temas. O processo se tornaria completo quando esses leitores por sua vez demandassem mudanças para que as políticas públicas se alinhem com os critérios editoriais dessas publicações:

Se, por alguma razão, a imprensa caminha em descompasso com a epidemiologia, tendem a ocorrer inversões de prioridades. Nesse aspecto chama também atenção, a forma como as evidências científicas são transformadas e veiculadas na mídia leiga, algumas vezes podendo distorcer ou supervalorizar de forma descontextualizada resultados de pesquisa, se transformando muitas vezes como fonte de evidência secundária e definindo prioridades de ação e políticas públicas que empiricamente não se sustentam. (NOTO et al., 2013, p 3)

## 2.2 Os leitores e as drogas

Ainda que ambos buscassem um aumento nas vendas na Zona Sul carioca, *o Globo* e o *Jornal do Brasil* dialogavam com populações internamente distintas, especialmente durante o período da transição democrática. O primeiro jornal, de perfil mais conservador, lidava com a elite burguesa da região, e o segundo, com a elite liberal e progressista, defensora, dentre outros assuntos, da legalização da maconha. A diferença, profunda, se refletiu na cobertura de ambos, especialmente com a abertura de espaço dentro do caderno de cidade do *Jornal do Brasil* para matérias de comportamento que fugissem ao boletim policial e se aproximassem dos especiais de comportamento. Por isso, é preciso entender qual era o perfil dos usuários de drogas da Zona Sul, a região mais citada na cobertura do *JB* e do *Globo* durante o “Verão da Lata”. Quem traçou um retrato claro desses grupos foi o sociólogo Gilberto Velho, em sua tese de doutorado “Nobres & Anjos” (1998), originalmente escrita em 1974.

Trata-se de um estudo de dois grupos de usuários de tóxicos da Zona Sul daquele momento: um composto de 25 indivíduos que tinham entre 25 e 35 anos, profissionais liberais, intelectuais e artistas, em que o autor também se inclui, chamados de “vanguardistas-aristocratizantes”; e de um número não determinado de adolescentes e jovens adultos entre 13 e 25 anos frequentadores de uma lanchonete, no Leblon, que servia de ponto de encontro para o uso de drogas recreativas<sup>9</sup> e uma cultura de surfe, com uma intersecção considerável de laços de parentesco com os dos “vanguardistas”.

Apesar das diferenças de comportamento, posicionamento político e círculos sociais, os dois grupos se unem em aspectos que os distanciam de outros círculos notados por Velho (1998). Como descrito pelo sociólogo, os dois ocupavam o mesmo estrato social, com rendas em suas casas fluando entre os valores de US\$ 4 mil – 40 mil mensais, em cotação da época. Para além disso, preferiam a maconha como tóxico recreativo, suplantando as outras opções secundárias como a cocaína, o álcool, o tabaco, o ácido e as drogas de farmácia.

Pensando no momento do “Verão da Lata”, é possível inferir que os grupos estudados por Velho representariam parte dos leitores do *Globo* e *Jornal do Brasil* durante o verão de 1987. Ambos os jornais eram — e no caso do *Globo*, continua — consumidos principalmente

---

<sup>9</sup> Categoria de drogas utilizadas para fins recreativos. São geralmente psicoativas e muitas vezes consumidas em contextos sociais. Entre elas estão não apenas drogas ilegais como maconha, cocaína e LSD, mas também o álcool e o tabaco.

por membros das classes A e B, o que inclui os grupos estudados por Gilberto Velho levando em conta suas rendas familiares. De acordo com os próprios entrevistados, eles esses eram “aristocratas de sangue”, membros de famílias ascendidas socialmente há pelo menos duas gerações. Outro ponto de intersecção, especialmente relevante no contexto do “Verão da Lata”, é a praia como ponto de encontro e marcador indenítiário. Tanto para o grupo mais velho quanto para o mais jovem, a praia era indissociável de seus estilos de vida, sendo espaço de prática de esportes e convívio social. Ao analisar o comportamento do grupo de mais idade, em um dia de verão na Praia de Ipanema, o antropólogo constatou:

De um modo geral, pode-se dizer que naquela área da praia concentra-se boa parte do círculo intelectual-artístico-boêmio da Zona Sul do Rio. Os diferentes grupos se fixam, havendo, no entanto, circulação, com pessoas deslocando-se de um para outro, embora de um modo geral todos tenham um ponto de referência mais ou menos fixo. (VELHO, 1998, p 49)

A praia da Zona Sul havia se tornado um espaço de demarcação de hierarquia social e econômica. Em suas areias, diversas “tribos” de jovens se dividiam em torno desses fatores e não por conta de diferenças culturais ou estéticas. Entre esses grupos, Velho destacou os abastados “jovens de lanchonete” e os “hippies de museus”. Os últimos, de menor poder aquisitivo, eram em sua maioria de bairros como “Santa Teresa, Copacabana, Botafogo e os da Zona Norte”, e incluíam mais “jovens de cor”, uma diferença notável em comparação ao primeiro grupo. Não à toa, para o antropólogo, eram também os “hippies de museu” os maiores alvos da violência policial por conta do seu uso de drogas<sup>10</sup>.

[Os hippies de museu], estão mais sujeitos às ações policiais e à discriminação mais violenta de que outros grupos sociais. Podem ser presos sem maiores justificativas, os lugares que moram são constantemente denunciados, por vizinhos zelosos, como ‘antros de maconheiros. (VELHO, 1998, p 169)

Em um terceiro momento, o autor destaca um aspecto específico da cultura de praia em comparação com outros ambientes sociais frequentados pelos grupos, em especial o dos “vanguardistas-aristocratas” de meia idade. Segundo ele, o litoral de Ipanema servia como espaço para troca de informações sobre a compra de drogas (1998, p 58). O processo, conhecido na época como “boa transa”, se tornou lugar-comum nos círculos mais abastados. Ele consistia, basicamente, em entrar em contato com um “transeiro”<sup>11</sup> — espécie de

---

<sup>10</sup> Essa associação entre baixa renda, uso de drogas e coibição policial será retomada nos capítulos seguintes, especialmente na medida em que é uma ligação profundamente explorada e repetida nos jornais.

<sup>11</sup> Quanto aos “transeiros”, Velho os define como, “pessoas de camadas médias que desempenhavam essa atividade como forma de aumentar seus rendimentos assalariados”, e que, por sua vez, “adquiriam os tóxicos de outras pessoas que dispunham de mais capital”. (VELHO, 1998, p 74).

traficante de meio-período que vendia a maconha—, e então repassar a droga entre os outros frequentadores da praia, normalmente a preço de custo. Contudo, esses não eram os únicos métodos de compra de entorpecentes, que também podiam envolver o tráfico já existente de drogas. De acordo com Velho:

No caso da maconha, especificamente, alguns poucos homens do grupo poderiam ocasionalmente adquiri-la com favelados em locais situados perto dos morros cariocas, em geral da Zona Sul. Essas operações eram conduzidas sempre com uma certa tensão (VELHO, 1998, p 74)

Em um nível comportamental, a maconha servia como marcador cultural. Os usuários, em ambos os grupos, sustentavam parte de sua identidade e conexão social no uso compartilhado da maconha, coisa que não acontecia no caso de outras drogas recreativas. O *status* agregador da maconha, destacado pelo autor como “aspecto comunitário”, não era particular apenas aos dois grupos analisados, e podia ser percebido também, por exemplo, entre os “*hippies de museu*”. A oposição entre os usuários e os considerados “caretas”<sup>12</sup>, explicitava essa distinção.

O sociólogo, em uma de suas raras menções diretas aos meios de comunicação no trabalho, aborda a questão de homogeneização dos usuários de tóxicos. Para ele, a imprensa cometeria, repetidamente, um erro de análise ao agrupá-los em categorias únicas e ignorar as divisões sociais, culturais e econômicas. Ao misturar *hippies*, surfistas, intelectuais e tantas outras vertentes, os jornais criaram uma “falsa unidade”. Para Velho, o amálgama criado pelos repórteres se daria por conta da natureza do uso das drogas, fato “tão violento e mobilizador para a cultura dominante que passa a ser o foco de todas as atenções, fazendo com que se ignorem problemas cruciais”. (VELHO, 1998, p 172)

Um último ponto do livro é a presença, já naquele momento, da distinção entre os dois “lados do túnel”. De acordo com ele, entre os grupos analisados eram constantes as piadas sobre o “além-túnel”, ou seja, os bairros da Zona Norte e Oeste, existentes “do outro lado” dos túneis Rebouças e Santa Bárbara se vistos da Zona Sul. Além disso, o fato de serem oriundos, nascidos e criados da Zona Sul, servia de fator unificador cultural e social entre aqueles jovens. Por isso, ainda destacando as diferenças hierárquicas de poder na sociedade carioca, e suas representatividades mais consideradas, o antropólogo definiu que

---

<sup>12</sup> “A categoria careta marca a visão de sexo dessas pessoas, distinguindo-as. O uso da maconha permite o reconhecimento de semelhantes, de próximos ou, pelo menos, de indivíduos não hostis. É fundamental para o sistema de comunicação interno e externo do grupo”. (VELHO, 1998, p 140)

“a oposição Zona Sul x Zona Norte marca fronteiras, em termos de estilo de vida, de forma mais marcante que Rio x Outros Estados”. (VELHO, 1998, p 26)

### **2.3 As drogas nos boletins policiais**

Para além a análise do público leitor dos dois jornais, marcadamente da elite do Rio de Janeiro e próximo dos grupos sociais descritos por Velho, é importante retomar a questão da posição do tema das drogas ilícitas como parte do noticiário policial dentro do jornalismo brasileiro. Como visto anteriormente, não é uma associação recente, datando pelo menos até os anos 1930 no *Globo* e se intensificando ao longo das décadas posteriores, em especial com o surgimento de epidemias de saúde pública envolvendo drogas como a cocaína, heroína e especialmente crack.

A abordagem não é exclusiva do Brasil. Como demonstrado por Mastroianni (2006), o mesmo aconteceu nos Estados Unidos. O autor aponta que entre 1985 e 1994, quanto mais três grandes jornais do país usassem as palavras “crise” e “drogas” nos mesmos parágrafos, maior era a percepção populacional de que os problemas do país advinham das drogas.

Analisando aproximadamente este mesmo período, mas utilizando outros veículos, perceberam que a imprensa americana criou um pânico em relação a uma possível epidemia de crack. Os autores consideraram que essa visão incorreta do “problema”, construída pelos jornais, provavelmente ajudou a desviar a atenção da população de problemas estruturais persistentes. (MASTROIANNI, 2006, pg 14)

Eram frequentes as reportagens apresentando “apreensões, situações de violência, casos de dependência, campanhas e polêmicas nacionais e internacionais” que tocassem no assunto do uso, compra ou venda de drogas. E a prioridade da cobertura policial em detrimento das abordagens envolvendo saúde ou comportamento acabou por gerar um descompasso entre a mídia, que, como visto, pauta o discurso público, e os últimos desenvolvimentos científicos ou sociológicos sobre o tema.

Um exemplo do abismo entre a abordagem da imprensa e as últimas constatações médicas e científicas sobre o assunto é a cobertura sobre o uso de álcool no país. Apesar de se tratar da droga mais consumida do Brasil, mais do que cigarro, maconha e cocaína, e de causar um considerável custo à saúde pública, o álcool não se destaca no noticiário em relação às demais drogas. Independentemente dos problemas gerados pelo alcoolismo, ou dos acidentes de trânsito causados por ele, a quantidade das menções ao álcool se mantém no mesmo patamar de outras drogas — ilegais — que geram menos transtornos públicos. De

acordo com Mastroianni (2008), até mesmo outras drogas como os inalantes e diversos medicamentos psicotrópicos têm sido “negligenciados pela imprensa”. O autor ainda fala sobre como as drogas são mais presentes nos cadernos policiais se comparado com as páginas de saúde da imprensa nacional. Para ele:

Isto demonstra que a discussão acerca deste assunto no Brasil está mais atrelada a uma questão de segurança do que de saúde. Havendo, portanto, um predomínio do discurso repressivo que legitima práticas que visam apenas à redução da oferta como forma de lidar com a questão. (MASTROIANNI, 2006, p 17)

É um resultado similar ao “Mídia e Drogas - O perfil do uso e do usuário na imprensa brasileira”, outro estudo citado por Mastroianni. Realizado pela ANDI — Agência de Notícias dos Direitos da Infância — em parceria com o Programa Nacional de DST/AIDS do Ministério da Saúde, a publicação é de 2005. Analisando textos de imprensa publicados entre 2002 e 2003 e que trouxeram como assunto as drogas ilegais, o órgão notou que boa parte das citações associava a temática com a violência ou crimes. De acordo com a pesquisa, 28% das reportagens faziam esse tipo de ligação, gerando uma percepção do usuário de drogas como parte da criminalidade urbana.

Ainda assim, a cobertura relacionada à maconha se distancia das outras drogas ilegais. Diferentemente da cocaína, crack, heroína e outros psicotrópicos, uma quantidade considerável de matérias feitas sobre a maconha é comumente vista nos cadernos de sociedade e ciência, onde seus valores terapêuticos e sua legalização são discutidos e ponderados, refletindo a progressiva descriminalização da droga pelo mundo.

A especificidade, porém, não significa que a cobertura policial seja substituída pela de comportamento. A abordagem usual se mantém sendo a criminal, associando apreensões e informações sobre o tráfico de droga com a maconha. Como dito por Jacqueline Barbosa em “A representação da subjetividade do indivíduo usuário de drogas na linguagem jornalística” (2017), o usuário, referido como “maconheiro” na mídia, se torna alvo de uma criminalização do próprio uso recreativo da droga.

O discurso de combate às drogas tende a reforçar um estereótipo de criminalidade, colocando o indivíduo usuário à margem da sociedade (...) Assim, a mídia brasileira quase sempre toma como ponto de partida uma relação estreita desse sujeito como “difusor” da violência urbana. (BARBOSA, 2017, p 58)

A tendência à estigmatização do usuário já era notável no começo dos anos 2000, como revelado no estudo de Fábio Mastroianni (2006). Ao analisar cerca de 250 artigos

relacionados ao tráfico de maconha — 89 publicados em 2000 e 168 em 2003 —, Mastroianni percebeu que eles apareceram em números consideravelmente maiores se comparados com outros tópicos envolvendo a droga. O número de reportagens envolvendo o tráfico, inclusive, duplicou entre os dois anos analisados, enquanto não houve mudança significativa no caso das pautas 'não criminais'. É apontado também outro fato: de que o número de matérias que contextualizam a questão e utilizam mais de uma fonte em sua apuração, diminuíram nesse período.

Ainda de acordo com Mastroianni (2006), o tema mais abordado nas matérias analisadas do ano de 2000 foi o de políticas públicas, totalizando 27,5% das matérias. O segundo lugar ficou com as "consequências de uso", um assunto que foi tratado em 21,8% das reportagens. O autor ainda destaca uma inversão na quantidade de matérias feitas no Rio e em São Paulo. Se em 2000 foram principalmente os jornais paulistanos *Folha* e *Estado* que cobriram temas relacionados à maconha, em 2003 a liderança ficou com *O Globo* e o *Jornal do Brasil* (2006, p 54). Por conta dessa abordagem mais equilibrada – se comparada com as outras drogas – a maconha é alvo muitas propostas de intervenção pública. Os jornais, acabam falando tanto da questão de saúde quanto do tráfico de drogas, esporadicamente utilizando seus espaços para entrar no debate social sobre a legalização da droga. Como aponta Mastroianni:

As principais soluções e intervenções citadas nas discussões sobre a maconha, tanto no ano de 2000 como no ano de 2003, referem-se a políticas públicas específicas para o setor, principalmente exemplos de alterações nas legislações de outros países que permitem a utilização da maconha para fins medicinais, tornando essa medida presente na pauta da agenda pública referente à maconha. Houve uma diminuição significativa no número de soluções apontadas de 49% em 2000 para 12,7% em 2003. (MASTROIANNI, 2006, p 57)

Nessas reportagens, artigos, notas e colunas, as fontes variam e se transformam com o tempo. Para além de policiais e a população em geral, notou-se que, em 2000, as fontes mais consultadas nesse tipo de conteúdo eram "políticas públicas, políticos e/ou leis", com 47,1% das menções. A mudança para 2003 foi notável. Nesse ano, apenas 5,5% das citações foram feitas a esse tipo de fontes. Outras porcentagens se mantiveram mais estáveis. Entre os canais consultados estavam: as pesquisas científicas (que foram de 41,2% em 2000 para 32,7% em 2003), os profissionais não especialistas em drogas (de 25,5% para 27,3%) e os especialistas no assunto (de 15,7% para 10,9%).

Ana Noto et al., em “Drogas e saúde na imprensa brasileira” (2003) reforçam a diferença de abordagem jornalística entre a maconha e a cocaína, outro psicotrópico ilegal. Destacando matérias de 1998, incluindo uma do *Globo* e outra do *Jornal do Brasil* (“Califórnia vai distribuir maconha para doentes” e “Um remédio extraído da maconha”, respectivamente), eles argumentam que a maconha é a menos demonizada nas reportagens. Destacam ainda um aspecto sobre as matérias envolvendo a maconha, mesmo as de viés mais positivos: poucas apresentaram personagens, o que vai de acordo com o visto até agora, onde raras são as fontes de usuários, de fato, das drogas. (2003, p 6)

Nos casos vistos, a maioria das fontes de informação vem de fora do país (86,9%), entre elas relatórios, pesquisas científicas e políticas. O dado reforça a ainda infância da divulgação de resultados científicos e do debate sobre a maconha na esfera pública brasileira, mesmo uma década após o começo dos estudos do CEBRID. É importante notar que as intervenções mais mencionadas nos textos foram os “aspectos legais” (32,6%), o que sugere a existência de debates em torno da descriminalização da maconha, algo que não se reflete nas matérias sobre outras drogas.

Retomando o visto anteriormente, essas particularidades envolvendo o trato da maconha no jornalismo brasileiro não mudam alguns fatos-chave da cobertura de drogas no país. Assim como os demais psicotrópicos, a maconha continua sendo abordada em um contexto de criminalidade, figurando principalmente nas editoriais de polícia e longe dos cadernos de sociedade e saúde. Como notado por Mastroianni (2006), a imprensa representa um dos elementos que refletem e reforçam um conjunto de crenças e valores negativos sobre o uso de drogas. Isso estimula o estigma social e dificulta ações de saúde (2006, p 15).

Ainda de acordo com Mastroianni (2006), isso é corroborado pelo resultado de um estudo de notícias envolvendo drogas feito pela ANDI (Agência Nacional dos Direitos da Infância) nos anos de 2002 e 2003. A pesquisa revelou que 28% dos textos associaram as “drogas” com temas de violência ou criminalidade. Segundo o relatório, “esse tipo de matéria ajuda a construir um estereótipo do usuário ligando diretamente essas práticas”, o que altera a percepção pública em relação ao uso de drogas. Além disso, o estudo ainda teria encontrado “bêbado, dependente, viciado e drogado” como as principais palavras nas reportagens sobre drogas.

Mastroianni entrevistou algumas dezenas de jornalistas que tratam do tema das drogas em seus ofícios, e percebeu que há uma dissonância entre o discurso prático dos

profissionais e o discurso que eles consideram correto em relação ao tema. No resultado de sua pesquisa, ele viu que para esses repórteres e editores, o assunto tinha um valor editorial quase sempre associado ao crime e a violência, temas que movimentam as vendas dos jornais e revistas. Com isso, a quantidade de cliques ou vendas físicas importariam mais do que os efeitos colaterais advindos das escolhas editoriais. (2006, p 60)

O autor (2006) ainda vê na associação direta e repetida entre as drogas e palavras como criminalidade e violência, que o jornalismo “de certa forma atribui à droga a explicação para a violência”. O caso, que é mais evidente, pela pesquisa, com drogas como cocaína e crack, também se aplica à maconha, principalmente por sua associação ao tráfico. Ainda assim, há espaço para um complexo e variado panorama de pontos de vista entre os entrevistados. Segundo a pesquisa, há profissionais que são “contra o uso, principalmente em relação às drogas ilícitas e até aqueles consideram como algo natural”. De acordo com Mastroianni, essa pluralidade de opiniões humaniza os repórteres, colocando-os como parte sociedade civil. Ainda assim, a humanização não mudaria a responsabilidade da notícia na reprodução dos discursos vigentes, mais simplórios e estabelecidos na opinião pública, incapacitando a discussão social do tema. Na tentativa de desestimular o uso das substâncias em suas matérias, os profissionais acabariam limitando o alcance de suas reflexões. (2006, p 66)

Para Mastroianni (2006), todos esses fatores geram um panorama pouco positivo para a imprensa brasileira. A resposta mais recebida dos entrevistados versava sobre limitações orçamentárias e de equipe como a “falta de pessoas especializadas, tempo e conhecimento”. São ausências que geram uma cobertura que é “superficial, simplista e apresenta pouca discussão, o que contrasta com a diversidade que o tema exige”. Para esses jornalistas, as reportagens sobre drogas cedem sob a pressão de “novas pautas e o grande volume de serviço” cada vez mais intenso nas redações, e se afastam do interesse público.

### 3. O JORNALISMO E A CIDADE

*As cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa.*

*(Ítalo Calvino, 1972)<sup>13</sup>*

“As cidades não podem vencer”. É dessa maneira que o jornalista americano Adam Gopnik, da revista “New Yorker”, começa seu artigo<sup>14</sup> sobre as transformações das metrópoles americanas no século XX. Para o repórter, estejam em fases prósperas ou em momentos complicados, os centros urbanos sempre têm suas falhas apontadas por seus moradores. As descrições de Nova York “oscilam entre ‘Taxi Driver’ e a ‘Fogueira das Vaidades’ sem que cheguemos a uma imagem estável entre os dois”, argumenta. Segundo Gopnik, parte dessa inconstância da representação das cidades se dá pela relação entre elas e a imprensa.

Além da cobertura sobre drogas psicotrópicas no jornalismo brasileiro, o “Verão da Lata” requer o estudo de outro assunto nos diários do país: a cidade. Apesar de suas particularidades quanto ao seu alcance geográfico – que abarcou duas regiões do país –, o “Verão” não estampou as páginas dos cadernos de cobertura nacional dos jornais cariocas. O episódio, ao longo dos meses setembro de 1987 e março de 1988 e, depois, nas matérias de resgate de memória, sempre esteve situado no contexto dos cadernos de cidade, tanto no *Jornal do Brasil* quanto no *Globo*, independente dos distintos nomes que recebessem as seções na época.

Reportagens e matérias que tratam da cidade são garantidas nas páginas dos jornais, pois, afinal de contas, o jornalismo existe como narração da experiência humana e o seu cotidiano, que tem na cidade uma de suas demarcações de convívio social mais profundas e exploradas. Ainda assim, a maneira como essas publicações tratam do tema passou por diversas transformações ao longo dos últimos dois séculos. O processo rendeu, por exemplo,

<sup>13</sup> CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p 44.

<sup>14</sup> Gopnik, A. **Naked Cities**. Disponível em: <https://www.newyorker.com/magazine/2015/10/05/naked-cities>  
Acesso em: 29 de outubro de 2017.

na criação de espaços específicos para tratar de diversos assuntos sobre a vida urbana que não no caderno de “Cidade”, como no caso das editoriais de “Agenda Cultural” e “Sociedade”.

A associação entre jornalismo e cidade data dos primórdios da imprensa. Na transição para a modernidade europeia, nos séculos XVI e XVII, quando as gazetas passaram a ser distribuídas pelas potências continentais, as cidades já ocupavam um espaço considerável das páginas. A vida da aristocracia dos grandes centros comerciais como Paris, Londres, Antuérpia e Hamburgo passava a ser vista como notícia. É do que trata Célio José Losnak em “O Jornalismo e a Cidade”, de 2011. As gazetas e similares eram maneiras inéditas de se fazer jornalismo<sup>15</sup>, surgindo na virada dos séculos XIX e XX. Era um momento em que, pela primeira vez, matérias de “polícia, cortes judiciais, ruas e da vida privada” eram colocadas em circulação. Jornais passaram a publicar textos “voltados para o cotidiano e explorando os escândalos e dramas humanos”. O mesmo aconteceria com os tabloides<sup>16</sup> no começo do século XX. São publicações “mais sintonizadas ao que acontecia cotidianamente na cidade [...] reproduzindo suas imagens e dinâmicas com emoção e rapidez” (LOSNAK, 2011, p 2).

E a recém-conquistada posição dos jornais na sociedade não se limitava, apenas, em servir de espelho dos seus leitores e da cidade. Nesse momento, os jornais passam a ter uma importância nas transformações daquela comunidade e do seu espaço urbano, moldando indiretamente a sociedade. Losnak explora a questão, falando que é possível identificar os diários como:

Agentes de mudança na construção da manutenção dessas comunidades e indutor importante de políticas para a cidade, apoiando desenvolvimentos, construção de bairros e, no geral, modificando o meio ambiente físico e construído. (LOSNAK, 2011, p 5)

### **3.1 O jornalismo de cidade ganha novas técnicas**

Há, porém, uma transição para o que se entende por jornalismo de cidade no raiar do século XX que se dá não apenas no plano econômico e social. Trata-se de uma mudança estética onde ele assume de vez a narração do cotidiano urbano em sua “completude”. Em

---

<sup>15</sup> . Para o autor, por exemplo, o “Penny Paper” criado nos EUA e Inglaterra, seria um dos formatos responsáveis pela “invenção do conceito moderno de notícia”.

<sup>16</sup> Os tabloides fizeram parte de um grande processo de transformação social no Ocidente. Suas altas vendas foram alavancadas pelo aumento da alfabetização e facilidade de distribuição para o cada vez maior público leitor dos grandes centros urbanos da Europa e América do Norte.

“Jornalismo, Cotidiano e Experiência Estética” (2015), Marcos Paulo da Silva argumenta que essa se trata, principalmente, de uma mudança estilística trazida a partir de transformações no romance literário europeu do século anterior. São inovações formais e estéticas importadas diretamente das literaturas realistas e naturalistas. Técnicas que marcariam a escrita jornalística sobre a vida na cidade dali para frente, e criariam o modelo de “explicação da realidade” pelo qual ele seria marcado.

Silva (2015), citando as obras do crítico italiano Franco Moretti, vê o surgimento de uma ética de “seriedade e sobriedade”, associada principalmente a uma classe social burguesa que então já havia assumido o protagonismo político e social no velho mundo. Uma classe que trouxe consigo uma temperança na escrita e no olhar, algo “que mantém a narrativa no interior do caráter ordinário da vida” (MORETTI *apud* SILVA, 2015, p 4). São novidades que deram novos formatos ao jornalismo. Para o italiano, as novas técnicas narrativas deixaram o texto “sempre precário, sempre insatisfatório, misturado à indiferença do mundo, mas também sempre tenazmente presente”. Resultando em uma ficção – e não-ficção – “compatível com a nova regularidade da vida burguesa” (MORETTI *apud* SILVA, 2015, p 3)

A transição do século XIX para o XX é o pano de fundo da criação dos dois jornais cariocas analisados, o *Jornal de Brasil* (de 1892) e o *Globo* (1925). A interseção se torna ainda maior se, como visto anteriormente, levarmos em consideração o público alvo das duas publicações: os moradores da então crescente Zona Sul do Rio de Janeiro, que formavam a recém-formada burguesia da capital nacional. São diários que aparecem para atender aos apetites dessa nova classe, estabelecida na República instaurada na virada do século, e que buscava entender a si mesma através dos jornais. Silva reforça o ponto citando o alemão Walter Benjamin, que pensa sobre como a humanidade se enxergou ao longo das eras. Se anteriormente, nos tempos de Homero, os homens eram observados pelos deuses, no raiar do século XX eram os próprios homens que se contemplavam. E não apenas como história, mas viam a si mesmos como narrativas e objetos estéticos a ser descritos (SILVA, 2015, p 7).

A partir desse processo da criação de uma nova sensibilidade da notícia, feita para um recém-formado e consumidor grupo burguês, o jornalismo reestrutura suas reportagens sobre a cidade, utilizando as técnicas herdadas da literatura oitocentista. Munido delas, para Silva (2015), o jornalismo pôde começar a tomar sua função social principal no século XX:

a de imprimir sentido e coerência à sucessão de fatos da vida urbana, decantando a realidade em algo palatável para o público leitor. A notícia seria então uma “narrativa híbrida”, capaz tanto de trazer à tona os acontecimentos da sociedade quanto lhes imprimir sentido e ordem dentro da interpretação vigente no momento.

Retomando ideias do pesquisador brasileiro José Salvador Faro, Silva (2015) argumenta que essas novas formas de fazer notícia assumem “os elementos próprios com os quais se compreende a realidade” daqueles grupos sociais leitores. O jornalismo, então dá razão à série de acontecimentos que fogem da experiência cotidiana das classes mais abastadas. Faro (*apud* SILVA, 2015, p 10), diz que as notícias feitas sobre a vida urbana são representativas, para os leitores, de “uma lógica imanente que orienta suas condutas”, explicando-lhes o funcionamento dos fatores externos que impactam seu cotidiano, categorizando e formalizando episódios que não necessariamente estão interligados. Ou seja, estabelecendo uma grande narrativa a qual os acontecimentos devem se submeter, tornando-os assim palatáveis ao homem urbano. Segundo Silva:

Trata-se, enfim, de um constante processo de explicação (esclarecimento) dos fenômenos que rompem com a regularidade cotidiana (decorre daí o fato desses fenômenos receberem uma valoração como notícia – ou simplesmente um “valor notícia”), seguido da restauração. (SILVA, 2015, p 11)

A partir daí, é possível explicar a formatação jornal diário. Organizadas em editorias – sob uma das quais, de escolha arbitrária, todo fato deve se adequar – essas publicações passam a operar com o objetivo de categorizar a vida cotidiana. Com as editorias surgem também os cadernos<sup>17</sup>, que acabam por agrupar temas. Além disso, subdivisões dentro das próprias reportagens servem de ferramentas na tentativa de “explicar” as notícias para o leitor. São “secções, colunas, *boxes* e infográficos”. Para Silva, as categorias do jornal impresso representam:

Níveis de significação do plano expressivo, uma espécie de ordenamento do fluxo confuso da vida a partir de sua divisão, descrição e concatenação (com início, meio e fim) – ou, numa apropriação dos termos de Moretti, de um processo de racionalização da existência, primeiro passo para dominá-la. (SILVA, 2015, p 12)

Assim, o autor enxerga a diagramação dos diários como essencial para a narração do dia a dia dos leitores. Para ele, trata-se de uma ferramenta que contribui para “a atribuição

---

<sup>17</sup> No jornal O Globo, por exemplo, o primeiro caderno é composto das editorias “Nacional”, “Economia” e “Rio”.

de significado à vida cotidiana”. São ferramentas que têm “seu peso elevado quando as expectativas comuns falham e quando o homem cotidiano se confronta com anomalias e contradições na regularidade de seu sistema social” (SILVA, 2015, p 12-13).

A extrapolação para o fenômeno do “Verão da Lata” é pertinente. Considerando ter sido um episódio que rompeu com o cotidiano da cidade do Rio de Janeiro, uma metrópole simbolicamente marcada pela sua relação com a compra e venda de drogas ilícitas, o caso foi objeto da construção narrativa do jornalismo. Publicações como o *Globo* e o *Jornal do Brasil* foram necessárias para o homem burguês carioca, que se viu confrontado com uma sucessão de acontecimentos que lhe escapavam a ordem estabelecida até então. O aparecimento de uma quantidade exorbitante de maconha, ainda por cima desligada do tráfico de drogas das comunidades carentes da cidade, deu espaço a uma série de questionamentos e narrativas conflitantes. A associação entre uso e consumo de drogas com as mazelas sociais, como vista no capítulo anterior, é aqui abalada, e cabe ao jornal retomar as rédeas da realidade para dar sentido àquele acontecimento. Se a droga é desassociada do tráfico de drogas, seu uso é ilegal?<sup>18</sup>

A resposta está, segundo Silva (2015), na “própria divisão dos jornais tradicionais em secções e cadernos específicos – métrica e cronologicamente segmentados” (2005, p 14), uma maneira de domesticação do tempo. Para ele, a tarefa de leitura do jornal, de “virar a página” permite aos leitores a possibilidade de:

Visualizar, uma após a outra, abordagens ‘racionais e objetivas’ dos acontecimentos cotidianos sem se deparar – dia após dia – com o *colapso do desconhecido*. Mais além, representando o acesso controlado ao ‘caos’ (aquilo que rompe com a regularidade cotidiana) dominado pela racionalidade jornalística. (SILVA, 2015, p 14)

Além das divisões formais das páginas do jornal, é preciso analisar os produtores das reportagens que preenchem esses espaços. Historicamente, a figura do repórter se transformou intensamente nos dois séculos desde sua aparição. Em “A importância do texto de qualidade para o jornalismo impresso diário” (2015), Daniela Pereira Bochembuzzo e Samanta Ravazzi analisam o momento de transformação do tom de voz do jornalista da virada do século XIX para XX. Segundo elas, foi esse período, de final da Monarquia e

---

<sup>18</sup> Daí também a oposição entre os dois jornais, com *O Globo* sendo claramente mais alinhado com a narrativa anterior e o *Jornal do Brasil*, por sua vez, mais aberto a entender o uso da droga como recreativo. Tendência essa, que, como analisado, passaria a ser bastante associada à maconha pelos jornais brasileiros à partir da década de 00.

entrada da República, quando se deu a aparição do “redator panfletário”, figura da imprensa que existiu apenas com o objetivo de convencer seus leitores de questões políticas e sociais. Eram, por isso, “panfletários” e profundamente preocupados com questões ideológicas. Teriam sido responsáveis pela “construção da qualidade do texto jornalístico” do panorama oitocentista, precedendo assim o surgimento do jornalismo do século XX. Inovaram a estética de seus textos por conta de seu interesse na retórica de convencimento. Não coincidentemente, eram nomes importantes do beltrismo brasileiro, como José de Alencar, Álvares de Azevedo e Fagundes Varela, pessoas que compunham redações de diários como o “Província de São Paulo”<sup>19</sup>.

É possível somar essa visão a interpretação de Ana Cláudia Peres, em “Narrar o outro” (2014), sobre as mudanças narrativas no século XX. Para ela, o jornalismo foi um dos momentos marcantes do fim da “narrativa tradicional”, que era baseada nas experiências vivenciadas em primeira mão. Nascia uma nova maneira de contar histórias e de transmitir informação. Tratou-se, especificamente, do formato narrativo clássico do jornalismo, surgido pois não seria mais possível “intercambiar experiências” por conta da queda dos sentidos de comunidade. São processos associados à modernidade ocidental e que, através da imprensa:

Apresenta uma forma de comunicação que era ameaçadora por já apresentar fatos carregados de informação [...] jornalismo que só se considera legítimo se posto a serviço da informação pura e para o qual interessa o fato em si. Há que se concordar com o autor quando diz que a informação jornalística rápida, efêmera e factual não combinaria em nada com as estruturas lentas e duradouras da narração tradicional. (PERES, 2014, p 4)

Essa busca desenfreada pela construção de grandes narrativas, não em sentido clássico de histórias contadas de maneira alargada, mas sim de ordenação dos fatos cotidianos de pequena escala em uma linha coerente e subordinada à lógica social, seriam marcantes no jornalismo. Tomando emprestado conceitos de Walter Benjamin, Peres diz que é possível encontrar na imprensa os “cacos” e “migalhas”, uma busca de narração feita em torno de “vestígios”. Essa nova maneira de contar histórias, portanto, também não surgiu dissociada da questão de autoria. No caso da imprensa moderna, já não se trata mais do escritor no sentido artístico da questão, mas sim da figura do jornalista. Ainda que os dois

---

<sup>19</sup> Que mudou seu nome para “O Estado de S. Paulo” após a proclamação da República, em 1899.

se confundam<sup>20</sup>, são profissionais com maneiras distintas de encarar as possibilidades de uma narração. Peres (2014) se direciona à obra do crítico brasileiro Silviano Santiago para delimitar o que ela considera um “novo narrador”. Mais especificamente, no que Santiago chamou de arquétipo de narrador pós-moderno, que se oporia ao narrador citado pelo filósofo alemão, calcado na experiência vivida. O novo narrador “transmite algo ao narrar a informação”.

É o paradigma da reportagem. Por se tratar de um profissional da informação, um trabalhador cuja rotina se organiza no destilar das informações de um mundo caótico e as transferir de maneira palatável ao leitor, o jornalista abre mão de ser uma parte integrante da história. Se contenta, como no slogan do Jornal Esso, em ser “testemunha ocular” do desenvolver dos fatos. Como descreve Peres, “cabe a esse narrador observar para contar aquilo que viu” (2014, p 5), se tornando mediador da informação, o ponto neutro onde leitor e fato podem se encontrar olhos nos olhos. Citando Santiago:

É como se o narrador exigisse: deixem-me olhar para que você, leitor, também possa ver. [...] A figura do narrador passa a ser basicamente a de quem se interessa pelo outro (não por si) e se afirma pelo olhar que lança ao seu redor, acompanhando seres, fatos e incidentes (e não por um olhar introspectivo que cata experiências vividas no passado. (SANTIAGO *apud* PERES, 2014, p 5).

Nota-se como a transição de tipos de narradores abarca, quase em sua totalidade, boa parte das técnicas associadas ao jornalismo clássico, refletido nos manuais de redação como o do jornal *O Globo*. A falta de interesse na própria história, no “olhar introspectivo”, é refletida exatamente no uso de terceira pessoa como ponto de vista das reportagens. Mais do que isso, na falta de assinatura dos repórteres em boa parte das matérias produzidas, algo que têm mudado nas últimas décadas, mas que, no momento do “Verão da Lata”, ainda era regra nas redações brasileiras.

O uso de depoimentos no jornalismo mostra outras diferenças entre os arquétipos de narradores. Se antes a palavra do autor era o pilar necessário para que se sustentasse um relato (vide se tratar de histórias ‘experimentadas’), no caso da lógica jornalística é preciso o testemunho de terceiros, esses sim tendo vivenciado os acontecimentos em primeira mão. Segundo Peres (2014), a linguagem jornalística precisou se adaptar, formar e preparar para assumir esse novo tipo de discurso, desenvolvendo novas técnicas de escrita não-ficcional.

---

<sup>20</sup> Bastando citar nomes como Nelson Rodrigues, Otto Lara Resende, Machado de Assis, João do Rio, Graciliano Ramos e Lima Barreto para notar a extrema fecundidade da interseção nas letras brasileiras.

Por esse raciocínio, os vestígios para a reconstituição desse real estão nas falas dos entrevistados (ou testemunhos) que nos chegam pela narrativa. Ou seja, nas narrativas jornalísticas legitimadas pelo discurso hegemônico, o Outro é um terceiro: “Fulano disse”, “Sicrano declarou”, é aquele que apenas “conta”, “diz”, “explica”. Nesses casos, não há espaço para alguém que conta a história, e isso é um elemento que atrofia a narrativa. (PERES, 2014, p 6)

Mas como notado pela própria autora, esse apagamento do autor no texto – e, por consequência, de sua interação com a ação – não se sustenta na maneira ideal buscada pelo jornalismo clássico. Ao observar com distância os acontecimentos, o jornalista seria, para usar o termo popularizado nos Estados Unidos, uma “mosca na parede”. Eis o objetivo para o repórter e sua narrativa pós-moderna, habitar uma cena da mesma maneira que o inseto, sendo imperceptível ao extremo. Uma das repórteres associadas ao termo, a jornalista americana Lilian Ross, conhecida por seu trabalho na revista semanal “The New Yorker”, se tornou também uma de suas detratoras, renegando a posição de mosca. Para ela, o repórter está sempre “quimicamente envolvido com suas reportagens”<sup>21</sup>. Ainda assim, é uma noção que prevalece nas maiores redações de diários do país, não apenas no *Globo* mas também na *Folha de S. Paulo* e o *Estado de S. Paulo*.

Em uma crítica similar, Peres (2014) faz menção a Rosana de Lima Soares, demonstrando que o ato de narrar requer, ainda que indiretamente, o escritor na ação descrita. A “verdade” dentro de uma narrativa jornalística é construída a partir da perspectiva do repórter. Trata-se daquilo observado no capítulo anterior, em que um mesmo fenômeno permite diversas interpretações baseadas em pontos de vista opostos.

Ocorre que tal axioma ignora o fato de que a simples presença do jornalista na cena já altera a realidade. [...] Diferente do que nos querem fazer crer as narrativas jornalísticas hegemônicas presas ao paradigma informacional, onde a testemunha possui um lugar pré-determinado, na narrativa em análise, o testemunho não pode ser considerado apenas um registro objetivo de uma experiência. (PERES, 2014, p 7)

O uso de testemunhos também levanta outro aspecto da narrativa jornalística: as suas fontes, algo ainda mais relevante em um tema como o de entorpecentes ilegais. Ao deixar o desenrolar da ação nos testemunhos de terceiros — policiais, traficantes, usuários e ‘civis’ — o jornalismo se esquia de deixar clara a sua posição editorial quanto aos acontecimentos descritos. No caso do uso de drogas no país, o jornal se posiciona como documentador, se

---

<sup>21</sup> A recusa de Ross ao termo é abordada em seu obituário, publicado na revista em que trabalhou. Overbay, E. e Rothman, J. **Lilian Ross in the New Yorker**. Disponível em: <https://www.newyorker.com/books/double-take/lillian-ross-in-the-new-yorker> Acesso em: 30 de outubro de 2017.

colocando como um registro quase oficial. São raras as vezes em ele age explicitamente no desenvolvimento da questão. Ainda que defenda ou se oponha às políticas públicas, condene ou dê aval às personagens e condutas da sociedade civil, o jornal poucas vezes coloca essas informações em sua própria voz. Assim, o jornal é capaz de explicar o mundo sem adentrar-se nele.

### 3.2 O Tempo na Narrativa Jornalística

Outro fator que ajuda a entender o distanciamento entre autor e mundo é o tempo. Os autores Ronaldo Velho Bueno e Maria Luiza Baptista, em “Narrativas urbanas: o jornalismo como dispositivo de reinvenção do sujeito e de sua relação com a cidade” (2015) reforçam essa importância. Citando a obra de Cremilda Medina, a dupla se refere ao texto jornalístico como “arte de tecer o presente”. Arte essa que teria sido soterrada pelo volume exponencialmente maior de produção de notícias no decorrer do século XX, o que impossibilitaria a relação do autor com o cotidiano de se explicitar através do texto:

Para que o cotidiano se presentifique é preciso romper com as rotinas industriais da produção da notícia. É preciso superar a superficialidade das situações sociais e o domínio dos protagonistas oficiais. Há uma demanda reprimida pela democratização das vozes que se fazem presentes na mídia. Torna-se necessário mergulhar no protagonismo anônimo. (MEDINA *apud* BUENO et al., 2015, p 4)

É buscando entender essa desapropriação de tom de voz, que Peres fala nos chamados “testemunhos do sofrimento”<sup>22</sup> (2014, p 10), uma ferramenta da escrita jornalística que auxilia na criação de retratos da vida urbanas e que se baseia no depoimento de pessoas afetadas pelas maiores tragédias sociais. Peres enxerga no sofrimento individual do personagem uma maneira do narrador “pós-moderno” explorar e explicar episódios traumáticos sem, de fato, se aproximar deles. O texto argumenta que na escrita do narrador pós-moderno, não é a palavra que explicita experiência e sim o silêncio. O objetivo seria analisar o “interdito”, o que sobra dos enunciados para entender, como “um relato transmite tanto as provas e evidências de seu trajeto como os tropeços e surpresas encontrados pelo caminho” (PERES, 2014, p 8).

---

<sup>22</sup> É interessante ver que a relação entre “testemunho do sofrimento” e emoção para o espectador/leitor é um tema debatido há séculos nas artes. Basta ver a clássica passagem do segundo ato de Hamlet: “O que é Hécuba para ele, e ele para Hécuba, para que chore por ela?”, onde Shakespeare discute, justamente, como o drama teatral é capaz de arrancar lágrimas de sua plateia para personagens ficcionais.

A nova forma de narrar gerou um processo paralelo na sociedade. Além de descrever as cidades, em si, a imprensa foi responsável pela construção da identidade das nações nos últimos dois séculos, gerando as chamadas “Comunidades Imaginadas”, expressão que dá nome ao livro de Benedict Anderson (1983). Anderson elenca dois argumentos para a importância da linguagem e da narrativa do romance e jornalismo modernos como fatores para o surgimento do nacionalismo contemporâneo: suas capacidades de unirem diversas vozes distantes em um panorama cultural único<sup>23</sup>; e como situam acontecimentos em uma linha do tempo em constante progresso. Para exemplificar o segundo ponto, Anderson analisa uma capa do *New York Times*. Abordando assuntos tão distintos como a fome em Mali, a posse de Mitterrand na França e um golpe de estado no Iraque, o jornal cria uma ligação “imaginada” entre os fatos. E essa ligação se sustenta por conta de dois fatores. Pelas notícias terem acontecido no mesmo dia, mas, principalmente, por fazerem parte do “mesmo tempo vazio”. Para Anderson, na narrativa jornalística, o tempo e o mundo sempre se movem para frente, mesmo quando não apresentados, nos seus “interditos”. É similar, novamente, a uma técnica do romance realista, em que:

Mesmo que Mali desapareça das páginas do “The New York Times” depois de dois dias de reportagem sobre sua fome, e fique assim por meses, em nenhum momento os leitores pensam que Mali sumiu do mapa ou sua fome acabou com todos os seus cidadãos. O formato novelístico do jornal garante-os que, em algum lugar, o ‘personagem’ Mali continua seguindo quietamente, esperando sua próxima entrada na narrativa. (ANDERSON, 1983, p 33)

Além disso, Anderson destaca uma característica dos jornais diários para explicar o desenvolvimento das novas comunidades contemporâneas. Sendo impresso às centenas de milhares de cópias, distribuído sempre em certos horários do dia e consumido de maneira similar pelas pessoas (no café da manhã, no trem, após o jantar), o jornal assume um aspecto “religioso”. Mais do que isso, serve como ação repetida socialmente, uma ponte que une as rotinas dos cidadãos, aproximando-os das “comunidades imaginárias”. Para Anderson:

Ao mesmo tempo, o leitor de jornal, observando as réplicas exatas de seu próprio jornal sendo consumidas nos metrô, barbearias ou bairros residenciais, é continuamente reassegurado de que o mundo imaginado [naquelas páginas] é visualmente baseado no dia a dia. Assim como com

---

<sup>23</sup> Para argumentar sobre esse ponto, Anderson exemplifica o caso de um livro do jornalista nacionalista filipino José Rizal, “Noli Me Tangere”, de 1887. Nele, o britânico identifica cenas em que o autor filipino soma a vida cotidiana de centenas de moradores de Manila, efetivamente delimitando fatores que os colocariam numa mesma “comunidade imaginada”. São a língua, hábitos culturais, sociais e políticos, que, sempre, se manifestam dentro do ambiente urbano. Anderson extrapola essa capacidade da novela oitocentista, de retratar uma população com características em comum, para o jornalismo diário que surgia naquele momento.

“Noli Me Tangere” a ficção se adentra silenciosa e continuamente na realidade, criando aquela impressionante confiança da comunidade sustentada no anonimato, que é um dos pilares das nações modernas. (ANDERSON, 1983, p 35-36)

Tome-se um último exemplo do texto de Peres (2014) para contextualizar o fenômeno do jornalismo de cidade no país, mais especificamente no trato de temáticas envolvendo o consumo de drogas. Aplicando o conceito de “choque do real”, Peres vê na descrição dramática uma maneira das novas narrativas de conquistar o leitor. Nesse choque, o incômodo gera um “espanto catártico” no consumidor da notícia, entorpecendo-o de tal maneira com a surpresa de uma realidade que antes lhe era desconhecida, que passa então a dar “valor de notícia” ao lido. O “choque de realidades” se liga também à cobertura sobre a maconha, como visto no capítulo anterior, onde as matérias sobre o tráfico e uso da droga servem como “choques” ao leitor médio. Era o que acontecia, também, no “Verão da Lata”, servindo assim para situar o evento dentro do contexto da violência urbana e dos cadernos policiais e não de um fenômeno social.

### **2.3 Escolhendo a notícia**

Apesar de o narrador “pós-moderno” ser colocado em uma posição de individualidade, uma reportagem passa por diversas mãos antes de ser impressa. Um texto de jornal diário é processado através do trabalho de distintos profissionais que ocupam as redações. Retomando Ravazzi e Bochembuzzo em “A importância do texto de qualidade para o jornalismo impresso diário” (2015), pode-se analisar a especialidade das pessoas que ocupam esse espaço de criação jornalística. As duas traçam um pequeno panorama das funções básicas dos membros da redação. Na época do “Verão da Lata”, e por boa parte do século XX, são profissionais dedicados exclusivamente à feitura das matérias. Entre eles há a figura dos redatores, editores e revisores.

Os redatores, hoje cada vez menos comuns nas redações, são os responsáveis por escrever a notícia apurada pelos repórteres. Ainda assim, cabe aos editores a função de adequar esse material às linhas editoriais do veículo. São eles que, conferindo tudo produzido e delegando tarefas aos repórteres e redatores, asseguram que toda edição dos diários seja coerente com a anterior. Além dos editores, há também a figura (quase extinta) dos revisores, que garantem a conformação das matérias às regras da norma culta e mantêm a clareza e concisão estilística nos textos. A redação, em si, também conta com outros profissionais não ligados diretamente à criação textual, como os quatro apresentados anteriormente (RAVAZZI et al., 2015, p 2).

Dentro das redações uma decisão é tomada a cada minuto: o que é, ou não, notícia. Aparentemente um processo de decisão individual, na realidade, ele surge a partir da interação direta de todos os atores que formam a redação jornalística, em que hierarquias muitas vezes determinam o que estampa ou não as páginas dos jornais. Decide-se através do conceito de “noticiabilidade”. Extremamente particular, deliberada quase que de maneira idiossincrática por cada veículo de imprensa, ela é abordada por Maria Terezinha da Silva em “Jornalismo e noticiabilidade: quem constrói os valores-notícia?”, de 2017. São, de acordo com a pesquisadora, três fatores básicos que delimitam o conceito. Primeiro, “que fatos da realidade devem / merecem ser relatados”, depois qual “função de seu possível interesse público” e, por último, sendo esses fatos “processados e colocados em circulação na forma de informação” (2017, p 2).

A determinação do que “merece” ser relatado e do que é de “interesse público” é um tema pantanoso nas redações. Silva defende que a escolha se dá a partir de um somatório das interações entre atores sociais (2017, p 2). Essa troca de dinâmicas, com os profissionais de comunicação, ao mesmo tempo ditando e sendo influenciados sobre o que é ou não notícia, monta o panorama da criação jornalística.

E tanto os interesses públicos quanto das organizações giram em torno dos fatos e episódios da vida urbana, que, por sua vez, geram as notícias. E, por definição, os acontecimentos existem dentro do tempo. São ações que ocorrem na passagem lógica e linear do tempo, com um começo e fim determinados. O que não quer dizer, entretanto, que o fim do processo físico de um acontecimento signifique o fim de sua história. É uma discussão levantada por Silva, especialmente citando o conceito de “duas vidas” de Louis Quéré. Segundo a autora, um fato tem duas vidas, dois momentos em sua história. A primeira, que associada à ação física, e a segunda no “acontecimento como objeto, transformado pela linguagem” (SILVA, 2017, p 2); ou seja, como notícia, essa podendo assumir uma temporalidade muito mais alargada e imprevisível. As “duas vidas” lidam com o entendimento dos acontecimentos. Se em primeiro momento eles afetam quem os experimentou (podendo retomar o conceito do narrador moderno, de Moretti, que baseia seus relatos na “experiência”); na sua sobrevida como notícia, o fato toma proporções incalculáveis. A extensão de sua vida útil dura tanto quanto ela é lida. Importa, mais ou menos, conforme preenche o imaginário de quem não o viveu, transformando-se de ação física para conceito construído através da linguagem. Para Silva:

Entendemos assim que o jornalismo constituiu uma “segunda vida” do acontecimento, construindo a sua narrativa. Não podemos negligenciar a primeira vida do acontecimento, sua existência sensível que afeta, que faz falar. Nem pensar na segunda vida como simples reflexo da materialidade que nos toca, minimizando os enquadramentos, os elementos de inteligibilidade acionados para interpretar os fatos do mundo que, por sua vez, são da ordem da cultura. (SILVA, 2017, p 5)

São esses “enquadramentos”, que começam a explicar os espaços da imprensa – e do narrador pós-moderno – na definição do que compõe a notícia. Assim como na fotografia, um enquadramento é individual e extremamente pessoal. Um fotógrafo não enquadra da mesma maneira do que o outro, assim como um repórter não enxerga um acontecimento da mesma maneira que seu colega. Essas discrepâncias – ou escolhas estilísticas – marcam a maneira pelas quais os fatos são processados e capturados pelos jornalistas. A transição da primeira para a segunda vida não é obrigatória e natural, mas sim fruto de uma ação intelectual humana, que transforma o real em abstrato através do código que é a linguagem.<sup>24</sup> O processo, portanto, gera deformações, potencializadas pelas decisões e escolhas editoriais promovidas pela redação, composta por sua vez de diversos profissionais. Assim, Silva (2017) identifica a “existência de uma diferença e um hiato entre interesse público e interesse do público, bem como de interesse público e interesse das agências jornalísticas” (p 6)<sup>25</sup>.

Ainda assim, como as percepções individuais de repórteres, editores e redatores influenciam e definem o que é a “noticiabilidade”? Silva vê uma relação com o conceito de “valores-notícia”, esses “atributos que orientam principalmente a seleção primária dos fatos”. Eles seriam distintos do “conjunto de elementos por meio dos quais a empresa jornalística controla e administra a quantidade e o tipo de acontecimentos”. Em sua definição, a “noticiabilidade” seria todo fator que impactasse na tomada de decisão sobre publicar ou não uma notícia; ou seja, de questões sociais, políticas e históricas até outras limitações ou possibilidades empresariais, técnicas e de produção de um jornal (SILVA, 2017, p 6).

---

<sup>24</sup> E é esse processo de percepção e compartilhamento, somado a falta de testemunho em “primeira-mão” do repórter que gera o ponto de vista do narrador pós-moderno, que constrói uma segunda vida de um fato baseado já na codificação de uma outra testemunha, quase como num jogo de “telefone sem fio”.

<sup>25</sup> Um caso de embate entre interesses de mercado e do público travado nas páginas dos jornais é o “Moses x Jacobs”. Acontecido durante a década de 60, o episódio colocou o empreiteiro Robert Moses e a ativista e jornalista Jane Jacobs em lados opostos sobre a construção de uma rodovia no sul da ilha de Manhattan. Tendo se arrastado por anos, o caso estampou diversas manchetes – destacadamente no “Village Voice” – e acabou levando à vitória de Jacobs e dos moradores da região, que impediram o projeto de sair do papel. *Palleta, A. Jane Jacobs v Robert Moses, battle of New York’s urban titans*. Disponível em: <https://www.theguardian.com/cities/2016/apr/28/story-cities-32-new-york-jane-jacobs-robert-moses> Acessado em: 30 de outubro de 2017

Essas são condições apresentadas e que ajudam a entender como a dualidade indivíduo e instituição moldam as escolhas de qualquer publicação. Há, claro, os princípios editoriais delimitados em pedra – ou papel e tinta – nos manuais de redação e cartilhas para os repórteres, que devem seguir os interesses estabelecidos por seus editores, editores-executivos, diretores de redação e donos de empresas. Ainda assim, há o fator humano, do julgamento do momento em que o repórter se encontra na rua de frente para sua pauta, tentando imprimir lógica a um evento com que não necessariamente está familiarizado. Para entender as forças que agem na mente do repórter Silva buscou compreender os chamados “valores-notícia”:

Em resumo, os valores-notícia são definidos contextualmente, e possuem um vínculo profundo com os valores sociais e com a ideologia. Se pensarmos o Jornalismo não como mera transmissão de informações e sim como parte de um processo comunicativo em que há diferentes sujeitos em interação [...] podemos compreender que os atores do campo jornalístico têm um forte laço com a cultura e a sociedade com a qual se comunicam, sobre a qual falam, conflituam ou compartilham perspectivas e valores sociais. (SILVA, 2017, p 11)

Assim, a autora nota que “visões e valores compartilhados sobre o mundo também alimentam e orientam a cultura [...] do jornalismo” (p 11). Retomando o analisado no primeiro capítulo, em especial a obra de Gilberto Velho, é possível entender o quão profundo e enraizado é o público alvo para jornais como o *Jornal do Brasil* e *O Globo*. Voltados para os leitores da Zona Sul carioca, ambos os diários refletem as “visões e valores” compartilhados com os assinantes. Seus repórteres escrevem para quem compartilha de suas experiências culturais, sociais, econômicas e políticas. Sua cobertura busca refletir o olhar de quem os lê, interpretando o mundo da maneira que se imagina que essa pessoa fosse interpretar. Por isso, para Silva, a comunicação “fala de uma sociedade” assim como a mídia “repercute e atua na conformação da vida social”. Assim, é “perfeitamente plausível pensar que os critérios de escolha dos agentes jornalísticos também são orientados por valores sociais que, ao mesmo tempo, através de suas narrativas, são reafirmados, questionados ou atualizados” (SILVA, 2017, p 11).

É com esse pensamento baseado no ponto de vista de seu leitor, que o repórter acaba por nortear a sua visão de mundo. Encara os habitantes das cidades a partir dos papéis sociais que eles desempenham. São representações e olhares que se transformam de acordo com o perfil do jornal. Um dos momentos claros disso é o da descrição de pessoas envolvidas com

o tráfico de drogas<sup>26</sup>. No caso do “Verão da Lata”, isso aconteceu de maneira fora do comum: se tratou de uma história de longa cobertura na imprensa em que não havia traficantes ou exclusivamente moradores de periferia envolvidos. Em quase todos os casos, havia participantes da Zona Sul, da Tijuca ou da Barra, leitores daqueles mesmos diários. Vale notar, portanto, o porquê de tantas manchetes refletirem uma postura mais branda em relação à maconha do que a utilizada comumente na época.

### 3.3 O Estigma e a Notícia

Um possível ponto de partida para entender como as representações jornalísticas podem gerar rótulos aos retratados é o artigo “Narrativas da notícia: jornalismo e estigmas sociais” de Rosana Lima Soares (2004). De acordo com o texto, a imprensa utiliza-se de estigmas, dentre eles muitos de origem social, para facilitar a sua explicação de mundo. São categorias abrangentes, quase estáticas, que normalizam comportamentos desviantes dentro das narrativas, servindo para apagar a individualidade de personagens e os submeterem ao padrão mais conveniente e confortável para a leitura. Aparam-se as arestas para criar uma série de arquétipos a serem preenchidos em cada situação explorada. Nas palavras de Soares:

Os estigmas surgem apenas quando o sujeito estigmatizado encontra-se em um lugar no qual não deveria estar, ou seja, quando atributos desejáveis ou indesejáveis deixam de ocupar seu lugar como estabelecidos e tentam romper tais barreiras. A tentativa de manter a ordem e restabelecer hierarquias – procedimentos característicos da atribuição de preconceitos e estereótipos a determinados grupos sociais – radicaliza os processos de inclusão/exclusão, levando à articulação desses atributos em torno de estigmas sociais (SOARES, 2004, p 5)

Há uma enorme categoria de estigmas apresentados nos jornais que não se limitam a delimitar papéis sociais negativos. Podem ser, por exemplo, narrativas de superação sobre para-atletas ou ainda histórias positivas envolvendo engajamento religioso ou sociais. Demonstrando seu ponto, a autora faz uma análise das capas do *Jornal do Brasil*, *Folha de S. Paulo* e *Estado de S. Paulo*. Neles, aparecem lado a lado a violência urbana e os para-atletas; crise econômica e os casamentos de celebridades.

Os estigmas adaptam-se, ainda que lentamente, de acordo com o ponto de vista dos leitores. Como define Soares (2004), neles “vemos a composição de um mosaico que se

---

<sup>26</sup> Basta ver a diferença de descrição quando dois jovens de classe sociais diferentes são presos pelo crime de tráfico de drogas; de um lado, os bandidos e traficantes de baixa renda; de outro, os universitários e jovens de classe média.

refere a temas recorrentes no imaginário social”. E isso não muda a permanência de alguns deles, como no caso da violência urbana, quase sempre composta dos elementos “máfia, tráfico, moradores de rua, favelas, assassinato”. Foge do comum, portanto, a cobertura do “Verão da Lata”, na medida em que esse episódio, apesar de constar nas páginas policiais dos cadernos de cidade e se tratar de um caso criminoso envolvendo entorpecentes, não era tratado a partir dos elementos repetidamente presentes na violência urbana. Em relação a cobertura de violência e tráfico especificamente na cidade do Rio de Janeiro, vale notar o resultado da pesquisa de Soares. Dos três diários analisados, apenas o carioca “tem como grande narrativa [...] os estigmas da violência, da pobreza, do tráfico e das favelas” (p 11).

### **3.4 Equilibrando expectativas**

O jornal tenta equilibrar os interesses de seus donos com os de suas comunidades. São dois fatores que norteiam sua produção e sua sustentabilidade como negócio. Mais especificamente, atender às expectativas dos leitores é um dos aspectos mais importantes dos cadernos de cidade. Como visto no artigo de Frederico de Mello Brandão Tavares e Paulo Bernardo Ferreira Vaz, “Cidades em ‘Cidades’” (2005), que trata das práticas e particularidades das representações das cidades no jornalismo, é nessas páginas em que mais aparece a “prestação de serviços”. São informações sobre saúde, educação, cultura e segurança pública, divulgando eventos, informando mudanças legislativas e transformações do espaço físico que possam impactar a vida e o dia a dia do cidadão. Para os autores, não é esse o único aspecto que compõe o noticiário sobre a vida urbana nos jornais. O caderno é um espaço plural, onde podemos encontrar “seus monumentos, e sua cultura, os hábitos e as tradições, o comportamento dos habitantes e o obituário dos moradores” (p 6). Coexistem tanto a história do espaço urbano e suas transformações quanto as vidas de seus moradores. Portanto, cabe aos jornais “detectar as necessidades da população, antecipar tendências”. A busca também levou à intensificação da cobertura policial e sobre violência, especialmente em metrópoles como o Rio de Janeiro. Como destacado no artigo:

Ao tratar, neste caderno, do cotidiano do cidadão comum, o jornal passa a ser vigilante e delator dos crimes e das “barbáries” que “assombram” a população dos grandes centros. Advinda da crônica policial, (muito frequente nos jornais de outras épocas, mas inserida em um outro com texto histórico), a cobertura de polícia chega formar uma espécie de seção especial ou de subeditoria dentro dos cadernos “Cidade”. A presença da violência na vida do cidadão – seja ele morador de uma favela ou morador

de um bairro nobre – se materializa jornalisticamente e em grande volume neste espaço do jornal. (TAVARES et al., 2005, p 6)

E como explorado no capítulo anterior, esse profundo e duradouro aumento no número de reportagens sobre violência urbana também está associado ao tráfico e uso de drogas ilegais. Um exemplo é a criação da editoria especial de “Guerra” pelo jornal Extra – do mesmo grupo do *Globo* – em que há uma cobertura focada apenas na violência urbana (que também continua sendo abordada no caderno dedicado à cidade na publicação). Surgido em 2017, o espaço foi justificado no jornal como reflexo necessário ao enorme número de mortos na cidade ao longo da última década, causados por conta dos conflitos entre a Polícia Militar e as facções que comandam o tráfico de drogas. Apesar do tom de denúncia, a escolha também tem seu lado mercadológico. Mesmo que os autores argumentem para a importância simbólica do posicionamento editorial feito com a reiterada cobertura da violência urbana, é notável que os jornais que trazem esse tipo de conteúdo também têm boa vendagem.

As grandes cidades são ambientes favoráveis para a criação dessas notícias. Como notado por Tavares et al. (2005), dotados de enorme densidade populacional, os maiores centros urbanos refletem, mais facilmente, “os problemas do mundo contemporâneo”, sendo eles a “exclusão, a desigualdade, a violência, o crime e o vício”. (p 3) Mais profundamente, essas metrópoles também tornam possível a existência de diversas “cidades” que coabitam em um mesmo espaço. É o que acontece explicitamente com o Rio de Janeiro, dividido entre as favelas e os bairros de classe média que existem em proximidade geográfica direta. O fenômeno urbano leva a um fenômeno jornalístico. Os jornais refletem essa divisão, apresentando duas cidades distintas em seus cadernos marcadas pela classe socioeconômica de seus moradores. De um lado, a cidade da vida tranquila, da morosidade e do dia a dia que serve de parâmetro para todos os outros; de outro, uma cidade em eterno estado de exceção, abandonada pelo governo, marcada pela violência, barbárie e tragédias repetidas em ciclos inacabáveis. São divisões que demonstram uma rachadura profunda:

O que se vê “nessa” cidade é, sobretudo, sua periferia, circunscrevendo, primordialmente, locais habitados por pessoas menos favorecidas. Ao delimitarem as faces e os locais da violência os jornais promovem simultaneamente um afastamento e uma aproximação. A cidade está próxima de um “nós”, mas há uma relativa distância entre este “nós” e outros “nós” da cidade. [...] Criam-se fronteiras nos jornais e na cidade que insuflam a existência de um sentimento de repulsa e medo. Pela lógica dos jornais estimula-se a ideia de que se deve estar longe destes lugares. Ali está o perigo. Quando olhamos para a sociedade, sabemos da vontade que as populações mais abastadas têm de se afastar desses lugares, criando uma

barreira invisível e constantemente reforçada. (TAVARES et al., 2005, p 8)

Assim, o jornal volta a servir a grande narrativa. As reportagens dividem a cidade e criam um repertório de interações e ações possíveis entre esses centros urbanos partidos. As quebras de normalidade do dia a dia daqueles ambientes – vale lembrar o fenômeno dos “Rolézinhas”<sup>27</sup> – são prontamente adequados a essa lógica. Os jornais acabam por manter essas divisões, o que não foi diferente em se tratando do “Verão da Lata”. Por se tratar de um episódio relativamente destacado do cotidiano de crime e violência – os traficantes do Solana Star eram estrangeiros e as drogas não seriam vendidas no Brasil – os jornais acabaram por privilegiar apenas a operação internacional da polícia e os casos em que as latas apareciam nas áreas nobres do litoral do estado. Distante estava a associação da maconha com tráfico de drogas e violência urbana, uma constante presente desde os anos quarenta nos cadernos de cidade no Brasil.

O caderno de Cidade, apesar de sua enorme abrangência, não compõe o jornal sozinho. Trata-se, sempre, de um espaço em constante diálogo com as outras editorias dos jornais, que dividem, repercutem e discutem temas entre si. As mesmas manchetes das páginas de “Política” podem acabar suitadas na “Economia”, “Cultura” e “Esporte”. Mais do que isso, como notado por Tavares et al. (2005), “[...] ao observar os espaços delimitados pelo jornal, nota-se que quase todos eles têm a cidade como fonte para suas notícias”.

Se a cidade é pano de fundo para todas as outras editorias, o que singulariza o caderno de “Cidade” em relação aos outros? Para os autores, se trata de um “um ângulo que aproxima o jornal deste cidadão”. É um espaço que abarca uma série de setores distintos da sociedade como educação, saúde, transporte, alimentação e habitação. Também é onde “materializam-se” as pautas de outras editorias, lidando com elas “de forma prática na vida dos cidadãos” (TAVARES et al., 2005, p 6).

É impossível separar o jornalismo da cidade. Desde os primórdios do jornalismo, e mais intensamente desde sua modernização, a cidade é parte das reportagens. Mais do que isso, as publicações precisam da cidade na medida em que ali se dão as condições para o surgimento de seu público leitor. É nela em que o desenrolar das ações que se tornam notícias

---

<sup>27</sup> Eventos que acontecem por todo país, começando em Belo Horizonte em 2013, em que jovens de periferia se reúnem em locais de classes sociais abastadas (como *shopping centers* das classes A e B) e acabam sendo expulsos pela segurança do local. Foram diversos “Rolézinhas” que estamparam os noticiários brasileiros, em parte pelo medo de que a chegada desses jovens fosse sinônima de criminalidade nos locais, e, por outro, pela clara tentativa de higienização dos espaços por parte das elites.

acontecem. Seja na rua, nas casas, nas escolas, nos escritórios ou nas praias, a cidade serve de espaço físico para o desenvolvimento de quase tudo que se torna notícia. É através dela que o jornal se vê capaz de falar com seu leitor, de lhe apresentar sua realidade. Como dito por Tavares et al (2005), o caderno de “Cidade” diz “como somos” e “quem somos”, a partir de “territórios e de momentos” (Ibidem, p 3).

A relação entre cidade e o jornalismo é um movimento de mão dupla. Os jornais de uma cidade têm, ao mesmo tempo, papel conservador e transformador. Atendem às exigências de forças de mercado e da política, mas também lidam com as necessidades dos seus leitores. E isso se dá pela própria natureza da cidade moderna, que surge e se transforma a partir de incontáveis estímulos e interesses, sendo fruto de uma multidão de pequenos e grandes episódios. Episódios dos quais o jornalismo diário tenta dar conta. Acontecimentos que serão decifrados, categorizados e transmitidos para todos os habitantes da cidade.

#### 4. ANÁLISE DAS REPORTAGENS

*Na minha rua estão cortando árvores  
botando trilhos  
construindo casas.  
Minha rua acordou mudada.  
Os vizinhos não se conformam.  
Eles não sabem que a vida  
tem dessas exigências brutas.  
Só minha filha goza o espetáculo  
e se diverte com os andaimes,  
a luz da solda autógena  
e o cimento escorrendo nas formas.  
(Carlos Drummond de Andrade, 1930)<sup>28</sup>*

Durante o “Verão da Lata”, boa parte do Rio de Janeiro soube das milhares de latas que apareciam flutuando nas praias do litoral fluminense, refletindo o intenso sol de novembro em seu revestimento metálico. Não foi um episódio limitado apenas aos usuários de maconha ou aos interessados em gerar pés de meia através da revenda dos lotes. Muito menos somente aos moradores da Zona Sul carioca ou de alguma das praias do interior do estado. O “Verão da Lata” se aprofundou no imaginário popular, gerando inclusive gírias que perdurariam por algumas décadas<sup>29</sup>. E, numa época pré-internet, esse alcance se deu por boca a boca entre os jovens da cidade e pela intensa produção jornalística.

Revistas, rádios, televisões e jornais esmiuçaram o caso dando considerável espaço para a investigação em torno dos donos do navio Solana Star e toda a ação da Polícia Federal. Fez-se então uma cobertura tradicional sobre um episódio extremamente não usual. O mesmo aconteceu com o *Jornal do Brasil* e *O Globo*, que publicaram dezenas de notas, matérias e reportagens sobre o caso ao longo dos meses de setembro de 1987 e fevereiro de 1988. Em suas abordagens particulares, é possível notar a maneira como ambos os jornais – e seus respectivos públicos leitores – encaravam o uso de drogas naquele momento da vida pública brasileira.

Após o estudo de questões teóricas sobre o “Verão da Lata” e o jornalismo, é preciso analisar as reportagens publicadas durante o episódio. Para isso é necessário escolher uma metodologia capaz de se aprofundar nos objetos textuais de maneira uniforme. Dada a amostra, um total de 37 objetos, a análise qualitativa de uma parcela desses textos é mais

<sup>28</sup> ANDRADE, Carlos Drummond de. **Alguma Poesia**. In: **Nova Reunião**. Vol 1. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2014. p 19.

<sup>29</sup> No caso, a gíria “Da Lata”, sinônimo de coisa boa. Se tornou popular a ponto de nomear produtos, como feito pelo Brownie do Luiz, uma marca de doces do Rio de Janeiro. (AQUINO, 2012, p 167)

proveitosa do que a tentativa de encontrar significado e tendências gerais entre todos. A análise qualitativa, nesse caso, permite o uso de um número maior de ferramentas analíticas para cada artigo. Por isso foi escolhida a metodologia de Análise do Discurso Crítica, como apresentada pelos autores Norman Fairclough (2001) e Teun Van Dijk (1988). É uma metodologia versátil na medida em que estuda não apenas questões internas de coerência estilística em um texto, mas também leva em consideração seu contexto social e histórico de produção e consumo.

#### **4.1 A Análise do Discurso Crítica**

Surgida no meio dos anos 60, a Análise do Discurso Crítica é fruto do trabalho conjunto e interdisciplinar de acadêmicos de diversas áreas do conhecimento. Em sua maioria europeus, são e foram pesquisadores oriundos da filosofia, sociologia, antropologia, história, estudos literários, psicologia e linguística. Em comum, compartilhavam da necessidade de encontrar novas maneiras de interpretar o que chamavam de “discurso”, “um evento comunicativo que incorpora um contexto social”<sup>30</sup>.

Como observa o holandês Van Dijk em “New Analysis”, de 1988, essa vontade latente de uma nova metodologia surge por conta da então separação profunda entre a análise linguística e a análise sociológica da comunicação. Se, naquele momento, muito já se havia avançado na maneira como se analisava a comunicação escrita e falada nas duas áreas, pouco era feito para unir ambas as interpretações, o que separava o que Van Dijk considerava “texto e contexto”. É desse somatório de disciplinas anteriormente pouco interligadas que surge o campo de estudo da Análise do Discurso Crítica. Preocupada em entender como unir o caráter normativo do estudo da gramática com as “propriedades individuais e presas ao contexto” do discurso, ela surge com o objetivo de:

Produzir descrições sistemáticas e explícitas das unidades de uso da linguagem que chamamos de discurso [...] o que envolve a integração do texto e contexto no sentido de que o uso de discurso em uma situação social é o mesmo que um ato social. (VAN DIJK, 1988, p 30)

Através desse somatório, argumenta Van Dijk, a Análise do Discurso Crítica também se torna um campo de estudo fecundo para a análise das notícias. Para ele, a particularidade de registros, gêneros e táticas retóricas no discurso da imprensa são marcadores que facilitam

---

<sup>30</sup> VAN DIJK, 1988, p 2

esse processo investigativo. Sendo divididas em formatos específicos, baseadas em manuais de redação e geradas através de uma técnica específica, as reportagens acabam requerendo estruturas mais complexas e variadas do que a maioria dos outros usos da linguagem presentes na vida cotidiana. Ou, nas palavras de Van Dijk, um “tipo específico de discurso público”, completo com “jargões específicos”, “frases longas e complexas”, “substantivações” e “estruturas sintáticas raras em outros contextos” (1988, p 10). E, por isso, são textos que permitem que um estudo de sua gramática revele os critérios editoriais do jornal em que são publicados.

Tão importante para a relevância das notícias na Análise do Discurso Crítica quanto a sua particular estruturação gramatical, é o contexto de sua produção e recepção dentro da sociedade. Assim, mais do que o estudo do texto em si, a teoria leva em consideração qual jornal publicou dada reportagem: qual é a sua história editorial, qual sua percepção pública dentre os leitores e como isso tudo pode ser inferido através do texto. Porém, mais importante ainda, é a relação do leitor com o texto com que ele se deparou.

Na Análise do Discurso Crítica, o estudo da recepção do leitor de um discurso se dá em nível sociológico. Por se tratar de um artefato cultural, um texto tem também um contexto, que é utilizado por esse leitor para lhe fazer sentido. Dele, fazem parte não apenas os conhecimentos formais sobre linguagem e gramática, mas também a bagagem cultural. Supõe-se que os “escritores produzem formas e significados que serão compreendidos pelos leitores”, e por isso, a análise do texto busca trazer quais são essas formas e significados comuns. Daí, por exemplo, a importância do estudo da organização em gênero textual e da temática de cada texto, especialmente dentro da análise de discurso noticioso. Não à toa, Van Dijk identifica a necessidade de começar “a análise sistemática das estruturas textuais das notícias” com “noções como tema ou tópico” (1988, p 12).

É com essa noção de tópico estruturada (a chamada macroestrutura do discurso) que a análise pode partir para o estudo de como esse tema se manifesta textualmente no ambiente cultural e histórico ao longo do tempo. O estudo dos temas da cidade e da droga no jornalismo ao longo do século XX nos capítulos anteriores, permite agora o entendimento do contexto existente em 1987 durante o “Verão da Lata”, e de como os leitores perceberam o desenrolar do episódio nas páginas dos jornais.

Necessitamos de conhecimento do mundo, e, portanto, uma análise cognitiva e social do que as pessoas em dada cultura sabem, e como eles usam esse conhecimento na interpretação do discurso em geral e assim

estabelecem a coerência dele em particular. [...] A definição do que é notícia pelos jornalistas, portanto, também é reproduzida indiretamente pelo leitor, que se surpreenderia (e provavelmente resistiria) a uma drástica mudança nos critérios editoriais e estilos das reportagens. (VAN DIJK, 1988, p 9)

Os capítulos anteriores, portanto, se desenvolvem também não apenas como análise de revisão bibliográfica do tema, mas para entender as macroestruturas que regiam o jornalismo no momento do “Verão da Lata”. Para a Análise de Discurso Crítica, a possibilidade de se analisar um discurso noticioso só se abre a partir do entendimento de como produtor (jornalista) e receptor (leitor) encaram o tema abordado. Não há como entender o papel da maconha e do Rio de Janeiro em uma notícia sem analisar, anteriormente, como eles se manifestaram naqueles mesmos espaços discursivos ao longo do anos.

#### **4.2 As ferramentas de análise**

Além do estudo contextual da notícia Análise do Discurso Crítica oferece uma série de ferramentas que deverão ser escolhidas e utilizadas durante o estudo do texto em si. Como dito por Norman Fairclough, primeiro as dimensões de intertextualidade e interdiscursividade aparecem, para que então entre a análise dos textos, o que ele chama de “micro-análise da prática discursiva”. Em “Discurso e mudança social”, Fairclough introduz essas ferramentas para a utilização em análise de itens noticiosos.

Para o autor inglês, é preciso que antes da análise, o pesquisador determine um conjunto dessas ferramentas para que conduza sua metodologia. Assim, escolheu-se dentre as possibilidades propostas por Fairclough um total de oito critérios de avaliação textual para as notícias envolvendo o “Verão da Lata” no *Jornal do Brasil* e no *Globo*: “Interdiscursividade”, “Condução da prática discursiva”, “Intertextualidade Manifesta”, “Coesão”, “Ethos”, “Gramática”, “Significado das Palavras” e “Prática Social”.

A “Interdiscursividade” é a primeira categoria a ser analisada dentro de cada amostra. Nela, Fairclough sugere que se defina qual é “gênero discursivo” a que ela pertence, e, mais do que isso, qual papel cada amostra desempenha nele. Em outras palavras, se dada reportagem é um registro comum em comparação com a forma e estilo de outros discursos noticiosos ou se chega a ter elementos vanguardistas e experimentais. Há as “Condições de Prática Discursiva”, que buscam iluminar a maneira em que a notícia é consumida. Se trata

de uma ferramenta que apresenta as maneiras com as quais o leitor pode se deparar com a notícia e quais fatores ele leva em consideração durante sua leitura. Por exemplo, se um título ou imagem recebem mais destaques na página ou se uma ilustração ocupa espaço ou não na reportagem.

Já a “Intertextualidade Manifesta” visa analisar como o estilo e a voz se mantêm coerentes – ou não – em uma reportagem se comparada a outras em seu próprio veículo de imprensa. Para isso, é necessário levar em consideração os “Pressupostos” do texto, ou seja, a história dos critérios editoriais de cada jornal e do conhecimento prévio “comum” dos leitores sobre dado tema, e suas “Representações discursivas”, que são as maneiras em que as vozes de personagens entrevistados aparecem. Ela se aproxima bastante do “Ethos”, outra das ferramentas, que leva em consideração como o autor se apresenta dentro de cada texto.

O outro fator, “Coesão” é o primeiro de análise puramente sintática e gramatical de uma notícia. Através dela, busca-se entender como as orações e ferramentas retóricas do texto dialogam entre si para gerar um significado maior. A “Gramática” é um dos conceitos e se subdivide nos fatores de “Transitividade”, em que se analisa como ações de um texto se desenrolaram ao longo dele e quais são seus personagens; o “Tema”, que identifica o assunto principal da reportagem e qual sua relevância dentro dela; e a “Modalidade”, onde a linguagem utilizada é estudada, levando em consideração as formas verbais e o uso de adjetivos e advérbios ao longo do registro.

Também há o “Significado das palavras”, que analisa as palavras-chaves da reportagem, buscando entender o seu poder de impacto no leitor, que visões específicas elas transmitem sobre o assunto abordado e como elas fazem parte da construção de estigmas do vocabulário jornalístico. E, por último, aparece a “Prática Social”, outra ferramenta que se divide em duas categorias: a “Matriz Social do Discurso”, que traça a origem social do objeto analisado, e as “Ordens do Discurso”, que observa como o objeto pode transformar os valores em que é baseado.

### **4.3 Análise dos objetos**

Com as ferramentas e conceituação da Análise de Discurso Crítica, e com a revisão bibliográfica dos dois capítulos anteriores, analisaremos o material recolhido sobre o “Verão da Lata”. O total é de 37 reportagens, publicadas tanto no *Jornal do Brasil* quanto no *Globo*. Porém, após uma seleção qualitativa desse material, sete serão analisadas; quatro vindas das

páginas do *Jornal do Brasil* e três do *Globo*. Entre os critérios de escolha estão o tamanho das matérias — que vão além de pequenas notas publicadas ao longo daquele verão —; sua temporalidade, sendo publicadas entre os meses de setembro de 1987 e março de 1988; e, sempre que possível, as matérias que contassem com ilustrações ou infográficos; por último, foram escolhidas reportagens que apresentavam mais proeminentemente fatores explorados nos capítulos anteriores.

### Texto 1)

**Itaúna se diverte pescando 200 latas de maconha no mar**

O aparecimento, ontem de manhã, de mais de 200 latas de maconha na praia de Barra Nova, em Itaúna, município de Saquarema, levou à praia, apesar da chuva, tanta gente como num dia de sol de verão. Até mulheres e crianças misturaram-se aos homens da Polícia Militar, da Polícia Marítima e do Corpo de Bombeiros para resgatar as latas do mar.

Policiais federais trouxeram ontem para o Rio as 809 latas de maconha encontradas na região de Ubatuba e São Sebastião, no litoral paulista. Ainda esta semana deverá ser enviado de São Paulo outro lote, recolhido nas praias de Santos. As 809 latas de maconha ficarão no depósito da Polícia Federal, na Praça Mauá, até amanhã, quando serão feitos os primeiros trabalhos de perícia. Concluídos os laudos, expedidos pela Polícia Federal em Brasília, toda a maconha apreendida será queimada.

**Festa** — Ao chegar à praia de Barra Nova, em Itaúna, ontem de manhã, o surfista Claude Rafael Roldan, 27, viu uma grande quantidade de latas boiando no mar e imediatamente comunicou o fato ao delegado Jacques de Brito, da 131ª DP, de Saquarema. Ao constatar que era mais um lote da carga de maconha prensada jogada no mar pelo iate de bandeira panamenha *Solana Star*, que está apreendido na Baía de Guanabara, o delegado pediu auxílio à Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Polícia Marítima e Polícia Federal, para o resgate das latas.

A movimentação dos policiais chamou a atenção dos moradores de Itaúna, que entraram no mar para recolher as latas. Toda a orla virou uma festa, e até crianças pequenas, contrariando os pais, catavam as latas. “Tem muita gente se aproveitando da confusão e levando maconha para casa”, disse um policial. Ele e os colegas perderam “o controle da coisa” porque as latas boiavam em toda a extensão da praia, de 5 quilômetros.

Até as 17h haviam sido levadas à 131ª DP cerca de 100 latas de maconha prensada e os policiais informaram que ainda havia mais outras 100 no mar. Para maior segurança da operação, o delegado Jacques Brito pediu reforço à PM do Rio e à Polícia Federal. A maconha recolhida será enviada hoje para a Polícia Federal, no Rio, que abriu inquérito sobre o tráfico no iate *Solana Star*, que transportava 22 toneladas da erva, lançadas ao mar para evitar o flagrante.

Segundo agentes da Polícia Federal, o iate tinha como destino o Panamá, onde a maconha seria transferida para duas embarcações menores que a transportariam para Miami. Livres do flagrante, ao lançarem toda a erva em águas brasileiras, os tripulantes do iate fugiram do Brasil, com exceção do cozinheiro Stephen O. Skelton, que está preso no DPF.

31

Nessa matéria, do dia 04 de outubro de 1987, “Itaúna se diverte pescando 200 latas de maconha no mar”, um termo se destaca no título: o verbo “se divertir”. Como visto no primeiro capítulo, e utilizando o “Significado das Palavras”, esse é um uso extremamente pouco usual em uma cobertura jornalística sobre drogas no Brasil. O significado de “diversão”, que traz um aspecto agradável e lúdico a uma atividade, contrasta diretamente

<sup>31</sup> Reportagem publicada no dia 04 de outubro de 1987, na página 13 do caderno de cidade do *Jornal do Brasil*

ao que se espera de uma reportagem envolvendo a maconha. Se, no senso comum, as drogas eram associadas à ações e conceitos negativos como “violência”, “tráfico” e “crise de saúde”, o uso da palavra “diversão” indica justamente o oposto. Isso se evidencia ainda mais no corpo da matéria, onde a palavra “festa” é utilizada em duas ocasiões para descrever os banhistas nadando em busca das latas.

Adentrando no conceito de “Intertextualidade manifesta”, mais especificamente de “Pressuposições” é possível entender as escolhas de vocabulário. Primeiro, é preciso notar que Itaúna fica em Saquarema, na Região dos Lagos. Essa distância geográfica do centro urbano principal e das zonas de conflito por conta do tráfico de droga, permitem ao *Jornal do Brasil* uma abordagem diferente ao assunto. Se no Rio de Janeiro a associação entre consumo de drogas e tráfico é a regra, em Saquarema, onde o conflito entre polícia e crime organizado não era tão marcante, o jornal se permite um tom de voz mais brincalhão com episódio.

Contudo, pensando na “Gramática”, é essencial notar que a “Transitividade” do texto não foge da abordagem usual da temática de drogas. Ao longo da reportagem, a única voz que não a do jornal é a de um policial, personagem que foi descrito, no primeiro capítulo, como o principal na narrativa jornalística que envolvendo as drogas. Mais do que isso, observando o desenvolvimento de ações e narrativa — outros aspectos da “Transitividade” — fica claro que ambos se estruturam em torno da ação policial. Por mais que a manchete e a divisão da segunda parte da reportagem utilizem as palavras “diverte” e “festa”, todo o acontecimento é narrado através do ponto de vista da corporação. Já no *sublide* essa versão toma protagonismo, e o leitor acompanha os policiais em primeira mão, se deparando com os civis “se divertindo” na praia apenas por conta da leniência dos policiais. Fica claro, então, que a versão principal exposta na matéria é a de que a força policial tolerou a ação dos banhistas e manteve a situação sob controle (mesmo sua incapacidade de patrulhar os 5km de extensão da praia é justificada).

Assim, é possível olhar para a “Interdiscursividade” da reportagem. Ainda que se trate de um registro usual, que não foge ao padrão narrativo clássico do discurso jornalístico, a matéria do *Jornal do Brasil* aponta uma particularidade. Ao utilizar termos que remetem ao tom descontraído da ação descrita — e colocar, inclusive, crianças como personagens, sem as associar a algum tipo de mazela social — o jornal foge da simbologia rotineira da imprensa carioca. Nesse quesito, de fato, se trata de um registro inovador, ainda que não por

inteiro. A “Prática Social”, as “Ordens do discurso” nessa reportagem são, portanto, conflitantes. De um lado, passam ao leitor um posicionamento despreocupado em relação ao ato de recolher latas na praia, o que foge da associação comum e anterior entre maconha e violência. De outro, reforça o protagonismo da polícia e de suas ações naquele contexto urbano, privilegiando a voz oficial do Estado e de suas instituições em comparação com a dos cidadãos de Saquarema.

Texto 2)

## Federal exhibe os presos com 346 latas de maconha

A Polícia Federal apresentou ontem, em sua sede na Praça Mauá, as 346 latas de maconha lançadas ao mar pelo navio de bandeira panamenha “Solana Star” em setembro e apreendidas na madrugada de quinta-feira em Angra dos Reis. Também foram apresentados dois dos três homens acusados de vender a droga, de propriedade do caseiro Nélio Cândido de Oliveira, que conseguiu fugir dos agentes federais. O terceiro, Luís Antônio Dias Curi, não quis conversar com jornalistas.

Airton de Resende e Levi Moreira da Costa afirmaram que não são traficantes e que só pretendiam obter algum dinheiro extra com a venda da maconha. Segundo eles, era Curi quem vendia a maconha para o caseiro nas favelas de Campo Grande e Santa Cruz. Durante os dois meses que estiveram envolvidos com a venda da droga, foram vendidas 27 latas e o dinheiro apurado, CZ\$ 70 mil, foi de-

positado na conta bancária de Airton, que depois faria a partilha. A Polícia Federal descobriu a operação depois de investigar o aparecimento de algumas latas vazias em Santa Cruz:

— Nossos agentes que investigavam o aparecimento de latas de maconha em Santa Cruz e Campo Grande descobriram que era o Luís Curi que vendia a droga. Com ele, foram encontradas três latas cheias, o que possibilitou a apreensão do resto do material e a prisão de outros envolvidos — disse o Assessor de Comunicação Social da Polícia Federal, Geovani Azevedo.

Por recomendação do Superintendente Geral da Polícia Federal do Rio, Fábio Calheiros, 60 agentes foram deslocados para Angra dos Reis para uma minuciosa investigação na região, à procura de mais latas de maconha. Segundo Geovani Azevedo, foram apreendidas até hoje 2.786 latas das cerca de 20 mil lançadas ao mar pelo “Solana Star”. 32

Publicada no jornal *O Globo*, a segunda amostra é do dia 27 de dezembro de 1987. Já em seu título, é possível traçar comparações com a reportagem vista anteriormente e o conceito de “Significado das palavras”. Intitulada “Federal exhibe os presos com 346 latas de maconha”, a matéria privilegia a ação policial. Não à toa, algumas palavras do título se destacam, especialmente “exibe” e “Federal”. O verbo denota clara aprovação da ação dos policiais. Mais do que isso, objetifica e estigmatiza os presos, que são “exibidos” e não, por

<sup>32</sup> Reportagem publicada no dia 27 de dezembro de 1987, na página 16 do caderno *Rio* do Jornal *O Globo*.

exemplo, “apresentados”. Para além da escolha do verbo, que demonstra impotência dos presos há a expressão “Federal”. A escolha é interessante por dois motivos: mostra familiaridade e intimidade com a corporação policial — que não é referida como Polícia Federal —, e para além disso, aparece como primeiro termo do título.

Nesse caso, é preciso utilizar o conceito de “Coesão”. Na amostra, a retórica do discurso é evidente logo no título. O primeiro elemento da oração é “Federal”, que é seguido por um verbo “exibir” e outro substantivo “preso”. Nessa sequência de três palavras, uma hierarquia de poder já se torna evidente. A polícia é o principal personagem desse fato, e se coloca acima dos presos, personagens menores e desvalorizados, ainda mais por conta do verbo escolhido. A mesma lógica se repete dentro da matéria. Novamente, no *lide*, a polícia aparece como sujeito, e sua ação é destacada. Ali, também se evidencia a formatação da “Intertextualidade manifesta”, mais especificamente no quesito de “Representação discursiva”.

Nesse discurso, há a presença de três vozes: a do jornal, a dos policiais e a dos presos. A voz do jornal, por narrar as outras duas, aparece escondida — no “ethos” da reportagem, nem jornal ou repórter aparecem —, a dos policiais é reproduzida diretamente, citando o assessor da Polícia Federal, e a dos presos apenas em discurso indireto. Essas escolhas reforçam a divisão hierárquica vista no título da reportagem. A polícia tem seu ponto de vista dado como narrativa factual, não à toa sendo o único dos lados a poder expor sua palavra em discurso direto.

Na reportagem, as “Condições da Prática Discursiva” se tornam claras. Os leitores do jornal *O Globo*, em sua maioria, não são moradores dos bairros dos presos, Santa Cruz e Campo Grande. Portanto, buscando entender o contexto de leitura da reportagem, se nota que ela se distancia dos moradores da região. Portanto, em sua “Interdiscursividade”, a segunda amostra é também um texto noticioso, mas, ao contrário da primeira, com elementos conservadores em seu formato e abordagem temática. Ela reproduz as práticas analisadas no primeiro e segundo capítulo do trabalho: associando a droga à violência — mesmo distante do tráfico —; dando voz prioritária aos policiais; e não aos moradores de regiões periféricas da cidade.

Texto 3)

# A última da lata

Caseiro escondia maconha lançada ao mar pelo iate na casa do patrão



## Mais seis mortes

"Cabeludo" tenta invadir área de "Zaca"

Bartolomeu Brito

A fonte de um grupo armado com contrabandistas, traficantes e ocupados, os traficantes Eriberto Pereira dos Santos, o Cabeludo, irmão de 46 de ganho, e o Zaca, irmão de 46 de ganho, estão envolvidos em um caso de tráfico de drogas. O grupo de tráfico de drogas, conhecido como Conjunção Fome, na Estrada da Vigia, em São Paulo, para tentar o ponto de vendas de drogas de Sérgio da Silva Santos, o Zaca, e de Edison de Oliveira Soares, o Pêlo, que contam com o cobertura de Zacarias Gonçalves.

Depois de estar dois meses, o comandante de Cabeludo se desentendeu com a quadrilha, quando ocorreu um cerrado de drogas. Depois de dois meses, um terceiro barrido do grupo de Sérgio da Silva Santos, o Zaca, e de Edison de Oliveira Soares, o Pêlo, que contam com o cobertura de Zacarias Gonçalves.

Depois de estar dois meses, o comandante de Cabeludo se desentendeu com a quadrilha, quando ocorreu um cerrado de drogas. Depois de dois meses, um terceiro barrido do grupo de Sérgio da Silva Santos, o Zaca, e de Edison de Oliveira Soares, o Pêlo, que contam com o cobertura de Zacarias Gonçalves.

No início do mês de maio, o Cabeludo tentou invadir a área de Zaca, mas não conseguiu. Depois de dois meses, um terceiro barrido do grupo de Sérgio da Silva Santos, o Zaca, e de Edison de Oliveira Soares, o Pêlo, que contam com o cobertura de Zacarias Gonçalves.

— Faltava uma guerra. Não foi nada grande, mas um grande e pesado. Eles chegaram atrás, mataram, entraram nas casas e apartamentos, mas foram



Curiosos observam os cadáveres dos outros

### Servem Duros

A delegacia de repressão a contrabandistas da Polícia Federal apreendeu na tarde de quinta-feira em Angra dos Reis, mais 134 latas de maconha das 20 mil lançadas ao mar no final de setembro pelo iate pasamenho Solano Star. A droga se encontrava armazenada no porão da casa de Walter Lacet, diretor da Divisão Executiva 2, da Central Globo de Produção, na Estrada do Per, na Praia de Morumbá, que nada tem com o caso. Todas as latas pertenciam ao caseiro Nélio Cândido de Oliveira, que fugiu pulando o muro de quatro metros que dá para os fundos da casa, para escapar e o contrabandista dos policiais federais que estavam lá para prendê-lo.

Os policiais federais chegaram à casa de Walter Lacet às 14h em companhia de Airton de Resende, comandante da federação. Depois de procurarem pelas redondezas, localizaram o caseiro, preso no mesmo lugar. Como a casa fica em uma ribanceira e o acesso ao teto é difícil, os agentes acharam melhor Nélio subir e ir jogando as latas de maconha que se encontravam escondidas. Nesse momento, aproveitando o descuido dos policiais, ele pulou o muro e sumiu pela mata.

A polícia esclareceu que Walter Lacet nada tem a ver com o caso. Além do mais, ele possui na casa, que está à venda: — O Airton nos disse, inclusive, que já tinha tomado banho na piscina da casa porque o patrão do Nélio pouco aparece — informou Giovanni Azevedo.

### Lacet não sabia que tinha tanta maconha em casa

O diretor da Divisão Executiva 2, da Central Globo de Produção, Walter Lacet, comandante "uma maconha" e o empresário Nélio Cândido de Oliveira, que fugiu pulando o muro de quatro metros que dá para os fundos da casa, para escapar e o contrabandista dos policiais federais que estavam lá para prendê-lo.

**A cidade se informa no Cidade.**  
Tudo o que você precisa, tem no Cidade. E muito mais. É o melhor lugar da cidade para você consultar.  
JORNAL DO BRASIL



SABE DE BOLA MATA NO PEITO E ROLA MACIO.

JOAO SALDANHA JORNAL DO BRASIL

Intitulada “A última da lata”, a terceira reportagem demonstra diversas particularidades em relação as outras duas. Em primeiro lugar, vale notar em sua “Coesão”, que o título ocupa uma função retórica diferente das outras duas apresentadas. Ele não descreve a situação diretamente para o leitor, deixando essa função para o subtítulo “Caseiro

33 Reportagem publicada no dia 26 de dezembro de 1987, na página 4 do caderno de cidade do *Jornal do Brasil*

escondia maconha lançada ao mar pelo iate na casa do patrão”, que por sua vez também foge às regras vistas anteriormente. Mais do que isso, a expressão a “última da lata” dá claramente a um tom coloquial de discurso. Se trata de uma gíria (“a última”) acompanhada de uma expressão informal sobre o episódio descrito (“da lata”, que se tornaria gíria por si só). Aqui, não há presença de uma instituição específica — a polícia — e o protagonista da ação é um personagem não entrevistado, o “caseiro”.

Para além da chamada, há outro destaque: uma ilustração feita de uma lata gigantesca de extrato de tomate (do tipo utilizada pelos traficantes do Solana Star), em que a fruta aparece fumando um cigarro de maconha e impede a polícia federal de alcançar o caseiro fugitivo. Esse tom caricato e de deboche com a situação interage diretamente com o restante da matéria. Nas “Condições da Prática Discursiva”, o leitor se depara em primeiro momento com o título e a ilustração, antes de começar sua leitura. Portanto, ao olhar pela primeira vez para a reportagem, o leitor recebe uma informação de descontração, fugindo do tom esperado de seriedade com a temática de drogas, de acordo com o visto no primeiro capítulo.

Antes do começo do texto em si, outra particularidade. A reportagem é assinada pela repórter Soraya Dutra. Analisando o “Ethos” da reportagem, isso traz certas implicações. Em primeiro lugar, levando em consideração o contexto histórico do jornalismo na época, isso representa a importância da matéria, já que o ato de assinar uma reportagem reitera a sua importância. Esse prestígio dentro da própria página de jornal, também, abre espaço para que Dutra utilize um tom de voz mais particular e leve descrevendo a situação, se colocando estilisticamente em seu texto, se comparando com os exemplos analisados anteriormente.

Já dentro dele, na “Transitividade” da “Gramática”, aparece uma raridade. Há, primeiro, três vozes distintas sendo citadas: Walter Lacet, diretor de televisão e que teve sua casa utilizada como ponto de armazenamento de drogas; o assessor da Polícia Federal, Geovani Azevedo; e um policial não identificado. Apesar da importância dos outros dois personagens, esse terceiro é o que demonstra uma ruptura maior com o discurso vigente, ou as “Pressuposições” da “Intertextualidade manifesta” do discurso. Sua declaração, “são pessoas humildes, que tentaram ganhar dinheiro fácil e acabaram se dando mal”, foge dos estigmas estabelecidos anteriormente sobre o perfil do traficante de drogas na imprensa carioca. Como visto nos primeiros capítulos, criou-se um estado de constante guerra e conflito entre a sociedade (representada pela polícia) e o estado paralelo do tráfico de drogas. Nesse ponto da matéria, um policial relativiza as motivações do caseiro e de outros tantos

não nomeados que foram presos por tentarem revender maconha da lata. Ainda que passageiro, o momento é emblemático de uma abordagem pouco usual feita pelo *Jornal do Brasil* no decorrer do “Verão da Lata”.<sup>34</sup>

A “Interdiscursividade” do texto, portanto, é consideravelmente diferente dos dois exemplos anteriores. Ao contar com um título não descritivo, uma ilustração satírica e três colunas, ela foge do padrão formal estabelecido pelas duas reportagens vistas até agora. Mais do que isso, por conta de seu tom informal, quebra de estigmas e narrativa fragmentada, também se trata de um registro inovador dentro do trabalho jornalístico comum.

#### Texto 4)

## Latas com maconha aparecem em Ipanema

Dois latas com maconha, do mesmo tipo das que foram tiradas ao mar nos últimos dias nos litorais paulista e fluminenses, foram recolhidas no início da tarde de ontem por surfistas, na Praia de Ipanema, na saída do Posto Oito. Os surfistas levaram as latas para a areia e chamaram os integrantes do Departamento de Salvamento Marítimo (D-Nav) do Corpo de Bombeiros, mas a maconha foi recolhida por PMs antes da chegada dos marceiros. Os policiais recolheram as duas latas e as levaram para o 1º BFd (Copacabana), de onde elas foram enviadas para a Polícia Federal.

Ontem, o DPF apreendeu à imprensa mais três latas recolhidas nas praias fluminenses nos últimos dias. Em São Paulo, já foram recolhidas cerca de 800 latas. O americano Stephen Skelton, de 46 anos, integrante da tripulação do barco “Solana Star”, apontado como o responsável pela maconha que foi lançada ao mar,

também foi apresentado ontem pela Polícia Federal. Skelton, registrado como cozinheiro de bordo, nega sua participação no tráfico, garantindo desconhecer a existência de maconha no barco.

Além disso, a Polícia Federal indiciou o americano pelo crime de tráfico internacional — a pena pode chegar a 15 anos — e apreendeu o barco, que está atracado na Baía da Guanabara. Ontem, o Chefe de Comunicação Social da Polícia Federal, Giovanni Lucido, revelou que, durante a pericia realizada antontem no “Solana Star”, foram encontradas quatro latas com sacos de coca que possuem o mesmo tamanho e formato das latas com maconha.

Segundo a Polícia Federal, o Comandante Archibald Taylor saiu do Brasil com destino aos Estados Unidos. No mesmo dia, 6 de setembro, outros tripulantes deixaram o Rio de Janeiro: o americano John Francis

Power, que foi para os Estados Unidos, e o haitiano Oligo Cassan, que seguiu para o Panamá. Os tripulantes Robert Ford Stay, americano, Marc Reid Davis, costarricense, e Richard Franki Gilpin, americano, embarcaram no dia 7 para países distintos: México, Costa Rica e Estados Unidos, respectivamente.

Em Florianópolis, três tripulantes do barco penquero catariense “João do Deus” foram presos ontem por agentes da Polícia Federal, que descobriram três quilos de maconha escondidos no esparto da casa de máquinas e na chaminé do resfriador, no momento em que a embarcação chegava a Itajaí, após passar 40 dias no litoral fluminense. A tripulação havia recolhido 20 latas de maconha, fato noticiado à Polícia Federal, mas os três tripulantes decidiram esconder parte da droga para vendê-la, sem que o mestre do barco soubesse.



35 Frente às latas recolhidas no litoral, Stephen Skelton nega ser traficante

A quarta amostra, publicada no começo das investigações sobre o “Verão da Lata”, apareceu no jornal *O Globo* no dia 30 de setembro de 1987. Se tratando de uma reportagem não assinada, ela segue o padrão analisado nas duas primeiras matérias. Há um título descritivo, “Latas com maconha aparecem Ipanema”, e uma predominância do discurso oficial, ou seja, do ponto de vista da polícia sobre os acontecimentos. Contudo, esse é o primeiro objeto analisado até o momento que conta com uma fotografia, nesse caso da prisão de Stephen Skelton, cozinheiro do navio “Solana Star” e o único tripulante da embarcação que viria a ser preso pelo crime de tráfico. A fotografia, que mostra Skelton algemado, de frente para parte das latas apreendidas e cercado de repórteres, é uma fotografia policial clássica, o que insere os eventos do “Verão da Lata” no campo da segurança pública. No que diz respeito a “Tema”, “Gramática”, “Pressuposições” e “Intertextualidade manifesta”, o leitor do *Globo* é levado a uma associação direta com o crime organizado. Os dois elementos

<sup>34</sup> É interessante notar, também, a informalidade dos comentários do assessor, que chega a justificar uma demora no atendimento policial ao Natal. O que, apesar de coerente, foge da imagem de instituição incansável feita pela polícia.

<sup>35</sup> Reportagem publicada no dia 30 de setembro de 1987, na página 15 do caderno *Rio* do Jornal *O Globo*.

— o título, com as palavras maconha e Ipanema, bairro abastado, e a fotografia — trabalham em conjunto para demonstrar e construir uma narrativa específica sobre o episódio.

Vale notar, ainda, tematicamente, a escolha dos “significados de palavras”. Diferentemente das últimas análises, a questão policial apesar de muito marcada, não tem correspondência com criminosos. Se em Itaúna, Angra dos Reis, Campo Grande e Santa Cruz os presos são locais, no caso de Ipanema o único responsável é o cozinheiro da embarcação. Ainda que as latas tenham chegado ao bairro, a sua presença não gera uma ligação direta ou indireta com o aumento de violência. Como visto no capítulo 2, a questão de como as cidades são representadas na imprensa impacta diretamente na cobertura de policial de um jornal. Não é coincidência, portanto, a moderação com que o *Globo* apresenta o caso ocorrido em Ipanema se em comparação com as regiões afastadas da cidade. Por exemplo, ao invés de banhistas que driblam a polícia para pegar as latas, como em Itaúna, os surfistas de Ipanema são dóceis, e aparecem no lide da matéria colaborando diretamente com os esforços policiais.

No que diz respeito às categorias “Temas” e “Pressupostos”, a reportagem também cumpre uma função de manutenção da normalidade. Em outras palavras, o texto 4 mantém, para os leitores, a noção de que o episódio do “Verão da Lata”, então no seu auge, não significa uma mudança na rotina do bairro. Os surfistas, na praia, continuam em colaboração com a polícia. As latas, que “aparecem” e não são “apreendidas” ou “expostas”, não oferecem perigo e estão desvinculadas da criminalidade. Por último, a foto de Skelton, mostra o principal culpado do crime sendo preso pela polícia, ou seja, sob controle. Vale notar, também que o jornal destaca que os outros tripulantes do “Solana Star” estão fora do país. A única menção à criminalidade, no último parágrafo, sequer se passa na cidade do Rio de Janeiro. Se trata da prisão de três pescadores em Florianópolis, que foram para a cadeia por 3kg de maconha apreendidos. Assim, a ação criminal novamente aparece distante do bairro nobre carioca, e sim numa embarcação pesqueira de um estado afastado do Rio de Janeiro. Pensando em sua “Interdiscursividade”, se trata de uma matéria rotineira tanto em sua forma quanto conteúdo.

#### **Texto 5)**

JORNAL DO BRASIL

Cidade

sábado, 26/9/87 □ 1º caderno □ 12-a

Angra, Ilha Grande, Ponta Negra, Arraial do Cabo, Maricá, Guaratiba, Restinga da Marambaia, Recreio, Barra:

# Maconha à vista nas praias do Rio

Mônica Freitas

Nem tudo que cai na rede é peixe. Que o diga um pescador da Barra de Maricá, a 62 quilômetros do Rio, que há três meses vem pescando nas águas do mar. O conteúdo não mesmo. Nem mesmo poderia imaginar: um quilo e meio de maconha prensada. Conseqüentemente, em pelo menos 11 pontos do litoral fluminense, surgiram boatos de que há latas de maconha que foi pescada em Barra de Maricá.

Essas latas certamente são do mesmo lote que, desde o final de setembro passado, inundou as águas do litoral norte de São Paulo, sob o nome de Babilônia Guaratiba, onde, até ontem à tarde, haviam sido apreendidas mais de 700 latas — avaliadas em CZ\$ 50 milhões. Na praia carioca, a polícia decidiu apertar logo mesmo depois de saber que a correnteza poderia levar até a Barra de Maricá e o Recreio dos Bandeirantes.

A investigação fluminense, com nove boques de arma e forte sustentação, e Ponta Negra, não temes perseguição, são a pesca que recobrem o mar e o conteúdo de latas de maconha — cerca de 800 — até agora não recolhidas, nem mesmo pela polícia, por causa do mar revoltoso. Também foram recolhidas. Enquanto isso, na região de Angra dos Reis e Ilha Grande, o mar calmoso e as 12 latas foram resgatadas, mas ainda sobram muitas no cabo das redes.

A captura de maconha chegou também a Arraial do Cabo, onde foi varada na Praia Grande por parte da Prefeitura, depois da descoberta feita por sua chefe, Joazeira Alves Barbosa que a resgatou depois que as latas continham apenas lixo com pó. Quando descobriu que tratava-se de maconha, resolveu comparecer junto aos policiais do Departamento de Polícia Militar. No caso, foi dado o veredicto: é maconha. A mesma que aparece, pouco depois, na Praia de Maricá.

A maré das latas atingiu ainda praias de Guaratiba, Restinga da Marambaia, Praia, São Paulo D'Almeida e Maricá, mas poucas foram as recolhidas. As circunstâncias, aliadas ao vento Lete, fazem com que elas apóiem hoje até em Gramaru.

Essas capturas recorrentes, sem nunca apaziguarem, começaram a aparecer boiando nas águas do litoral paulista há uma semana. Algumas já chegaram às enfermarias e tomadas de medicação, o que indica que começaram a ser utilizadas no uso à base de água há algum tempo. Mas as latas apreendidas mostram ter sido fabricadas à vista, em processo manual, para impedir a deterioração da maconha.

De acordo com o delegado da Polícia Federal em São Sebastião, Irajá de Sousa, a área pressiona a maconha para ingredientes como óleo e glicose, provavelmente para auxiliar na conservação. Ele acredita que se não fossem exportadas, justificando a sua opinião nos dados que existem no Brasil, especialmente no Nordeste, ao lado do Fungus, com um dos grandes produtores da maconha comercializada internacionalmente.

Já o delegado José de Almeida Peres, da Divisão de Entropimentos da polícia paulista, acha que a área seria consumida aqui mesmo, devido à sua baixa qualidade. "Ela é bem mais seca" do que a maconha usada em São Paulo, disse ele, acrescentando que não provêria de origem local, a Ilha de São Paulo, região metropolitana do estado.

O delegado Irajá de Sousa, do comando, acredita ainda outra hipótese para a aparição da droga: a de ter sido ela deixada por algum navio com o objetivo de ser recolhida por pescadores, o que teria sido impedido pela vigilância do mar. Essa hipótese coincide com as informações obtidas pela polícia carioca, através de um agente da DEA — Drug Enforcement Agency, organismo encarregado de repressão a entropimentos —, segundo ao qual a maconha teria sido trazida pelo lator Sobana Sias, proveniente da América e com destino ao Paraná. O lote está fidejante na Baía de Guaratiba, Cabo Frio e Ilha Grande.

Há mais de um mês, a Polícia Federal do Rio, a Maricá e a Capitania dos Portos estavam à procura da maconha que chegou às praias do estado ontem. A partir de informações da DEA (Drug Enforcement Agency dos Estados Unidos), duas grandes operações — que mobilizaram uma das mais modernas frotas, a Independência, com tripulação de 200 homens, além de um helicóptero e 22 agentes federais — foram montadas para patrulhar o litoral de Ponta Negra, Cabo Frio e Ilha Grande.

O alvo de todo esse aparato era o lator Sobana Sias — adquirido recentemente pela empresa Compt Investimentos S.A. com sede na Suíça — que estava transportando cerca de 25 toneladas de coca, a serem repassadas a duas outras embarcações de menor porte, em águas brasileiras. A primeira operação foi desbaratada na manhã do dia 12 do mês passado, quando a Maricá capturou uma embarcação via rádio daquele lator.

Faltando portanto a 100 milhas da costa do Estado do Rio, as águas de Ponta Negra, o lator percorreu logo para o litoral de Cabo Frio e arredores, com o helicóptero sobrevoador a uma altitude não inferior a 100 metros, com o cancelado cinco dias depois. Mas no dia 26, com novas informações da DEA, que o lator estava próximo a Ilha Grande, foi reiniciada a operação. Mas uma vez sem sucesso.

Há nove dias, a embarcação foi localizada na Baía de Guaratiba e só então visionada por policiais da Delegacia de Repressão a Entropimentos da Polícia Federal, que nada encontraram. O lator apresentava sinais de que fora lavado recentemente, e apenas um membro de sua tripulação encontrou-se a bordo: o mecânico Sérgio O. Saldanha, apresentado ao DPF.

Faltando de Compt Investimentos, ele contou que havia sido contratado com outras seis pessoas para transportar o lote da América para o Paraná, totalizando na Baía de Guaratiba por dois dias, em um helicóptero. E informou que os demais tripulantes, que estavam sob o comando de Anacleto Farias, norte-americano, tinham viajado para esse caso, devendo retornar ao Rio até o dia 10. Não sabe dizer, no entanto, quem contratara os serviços da empresa para a qual trabalhava.

Otém, com o aparcimento das latas de maconha no litoral, mais de 120 boques foram mobilizados, submetidos para serem recolhidos a uma do mar. A Polícia Militar deturou cerca de 30 pontos, enquanto a Polícia Civil apreendeu 70 pontos das delegações de Entropimentos do Rio e Norte. Isso sem falar no Sulamer, Maricá e Polícia Federal. Tudo esse contingente terá ainda, como tarefa, pesquisar em locais onde a maconha foi encontrada, a fim de impedir que cubos e interessados da mesma possam. Os trabalhos de resgate das latas, interrompidos ontem à noite, prosseguirão a partir das 18 hrs de hoje, envolvendo também mergulhadores da Defesa Civil de Maricá. As latas apreendidas estão sendo guardadas no Departamento de PM em Barra de Maricá.

Sergio Magalhães

## Na pesca, PM, PF, navio e helicóptero

Há mais de um mês, a Polícia Federal do Rio, a Maricá e a Capitania dos Portos estavam à procura da maconha que chegou às praias do estado ontem. A partir de informações da DEA (Drug Enforcement Agency dos Estados Unidos), duas grandes operações — que mobilizaram uma das mais modernas frotas, a Independência, com tripulação de 200 homens, além de um helicóptero e 22 agentes federais — foram montadas para patrulhar o litoral de Ponta Negra, Cabo Frio e Ilha Grande.

Publicada no dia 26 de setembro, a quinta amostra aparece na edição do dia seguinte aos acontecimentos que deram início a cobertura do “Verão da Lata”. Ou seja, é a primeira matéria do *Jornal do Brasil* a tratar do assunto desde a chegada das latas no estado do Rio de Janeiro. Portanto, é também uma reportagem de tamanho considerável. E isso fica evidente em sua chamada: antes do título em si, a reportagem elenca as diversas praias que tiveram latas no dia anterior. E o título principal, em si, assume tom bem-humorado, com “maconha à vista nas praias do Rio”, uma abordagem distante da violência ou criminalidade associada às drogas.

O “Tema” da matéria é, evidentemente, as drogas, mas com abordagem distinta do senso comum. A mesma interpretação prevalece na ilustração feita por Sergio Magalhães. Nela, a população aparece eufórica correndo em direção ao mar, animada para conseguir latas. O movimento é tão grande que passa por cima da polícia, que aparece no canto inferior esquerdo em números incapazes de conter a multidão. Além disso, já há banhistas consumindo maconha e até uma que admira o conteúdo da lata. A imagem de relativo caos e animação geral mostra um evento completa e totalmente desassociado de qualquer estigma negativo do uso, venda ou compra de drogas presentes no jornalismo diário até então.

<sup>36</sup> Reportagem publicada no dia 26 de setembro de 1987, na página 12 do caderno de cidade do *Jornal do Brasil*

A reportagem, assim como outra analisada do próprio *Jornal do Brasil*, tem um “Ethos” claro na voz da jornalista Mônica Freitas, que assina a matéria. A voz marcada em seu texto se reflete logo no *lide*, que é repleto de humor. Nas categorias de “Significados de palavras” e “Coesão”, podemos ver diversas palavras que fogem do comum. A autora usa no *lide* duas expressões humorísticas: “Nem tudo que cai na rede é peixe” e “O conteúdo, nem mesmo Netuno poderia imaginar”. Em comparação com as aberturas das outras reportagens analisadas, a liberdade no tom de voz é evidente. Ao longo da matéria, adjetivos como “estranho”, “ameaçadora” e “revolto”, além de verbos como “inundou” ajudam a construir um vocabulário mais rico em suas expressões e pouco comum em um registro normal jornalístico.

Além disso, a reportagem também se destaca em “Transitividade” e “Representações discursivas”. Esse é o primeiro texto analisado, que dá voz, ainda que indireta, a um personagem que faz parte da sociedade civil: o chefe dos garis de Arraial do Cabo, Joaquim Alves Barbosa. Ele aparece, na primeira coluna, como tendo sido responsável por desconfiar do conteúdo das latas recolhidas. Mais do que isso, na reportagem também aparecem falas de dois delegados, algo até então não visto em outras amostras. Se posteriormente a Polícia Federal já se comunicava com os jornais exclusivamente através de seu assessor no que tange o “Verão da Lata”, nesse momento original ainda há espaço para a visão de delegados de São Sebastião e da Divisão de Entorpecentes.

A narrativa construída por Monica também foge do visto anteriormente. Ao longo de quatro longos parágrafos, a repórter descreve a situação em uma espécie de cena da chegada das latas ao litoral. Fala de sua abrangência, utiliza diversos números e valores sobre o assunto, conta da percepção da população da área até, então, na segunda metade de sua narrativa, passar a dar voz para a Polícia. Isso contrasta diretamente com o protagonismo tido pela polícia nas amostras anteriores, que sempre conduzia a história através de seu ponto de vista.

Portanto, no quesito de “Interdiscursividade”, a reportagem faz parte de um registro completamente inovador. O tom humorístico, o uso de personagens que não fazem parte das narrativas oficiais e a ilustração são marcadores claros para essa interpretação. Mônica Freitas imprime personalidade ao texto e foge de boa parte dos estigmas assinalados nos capítulos anteriores, tanto no que trata do tema de drogas quanto no de cidades. Ao falar de áreas periféricas do estado do Rio, mantém o tom leve, que não desanda para a narrativa



um personagem que não seja da polícia. E, desde o início, a narrativa se estrutura em torno do boletim policial. As duas primeiras colunas, portanto, aparecem basicamente como uma notícia reforçando a progressiva e eficaz ação policial no recolhimento das latas. O primeiro contato do leitor carioca com o tema é tranquilizador.

A análise das outras duas retrancas da reportagem aprofundam as conclusões. Em uma delas, “Preso comprou lata de dois marinheiros”, o jornal conta sobre a compra e venda de latas da maconha, entre pescadores da cidade de Santos, litoral paulista. Além disso, cita a aparição de latas em Ubatuba e Guarujá. A antecipação para a chegada no Rio, porém, é tranquilizada na nota: apenas se ouve a versão da polícia, especificamente do delegado da Polícia Federal em Santos. Há apenas uma menção ao estado do Rio, em que algumas das latas poderiam ter sua origem traçada à Ilha Grande, o que não se confirma. Na terceira, em “Contrabando vai acabar nas praias”, há o único momento de referência a um personagem não envolvido na dinâmica criminal. Se trata, novamente, do chefe de garis Joaquim Barbosa. Se no *Jornal do Brasil* sua história aparece na primeira coluna da reportagem, no *Globo* Barbosa é citado apenas na quarta coluna.

Em “Interdiscursividade”, a reportagem analisada é quase o oposto da vista anteriormente. Seu formato é tradicional, reiterando os estigmas que envolvem as drogas. Ainda que não seja alarmista, *O Globo* coloca a polícia como personagem principal em um trabalho de contenção contra a chegada da maconha ao Rio de Janeiro. Há um forte destaque para os presos e uma descrição contida e sem adjetivos ou verbos mais expressivos.

#### **Texto 7)**

JORNAL DO BRASIL

## Camiseta da lata dá bode

*Para o advogado,  
é a droga que  
promove a camisa*

Paulo Nicoletta



**G**ilberto Gil já explicou em uma de suas músicas: "Uma lata existe para conter algo/Mas quando o poeta diz lata/Pode estar querendo dizer o incontível". O mesmo argumento foi usado pelo advogado Felipe Amodéu para evitar a detenção, no dia 6, de um vendedor da camiseta da lata, comercializada à porta do Hollywood Rock, no sambódromo. Idealizada pelo designer Marcos Palma e patrocinada pelo empresário José Henrique Ferraz, a estampa de uma lata aberta e sem rótulos, impressa em mil camisetas, foi considerada pelos policiais um estímulo ao consumo de drogas.

Temendo reações negativas, os autores da camiseta suspenderam a venda aus camelôs e nas praias da cidade a partir de agora, a comercialização da blusa — em várias cores, com a lata impressa em fundo branco ou com uma praia atrás —, a CZS 650, só será feita para os amigos, no bar *People*, de propriedade de José Henrique.

Foi no *People*, no Leblon, que Palma, Ferraz e Felipe Amodéu se encontraram para rebater as acusações de estímulo ao consumo da maconha. "Não é a camiseta que difunde a droga, mas a droga que difunde a camiseta", disse o advogado, para quem a chegada de 20 mil latas de maconha às praias e sua caça nas ondas por surfistas foi "a maior piada do ano". Segundo Amodéu, o derrame da maconha nas águas do Atlântico pelo iate panamenho *Solana Star* em setembro "demonstrou a fragilidade das instituições brasileiras e foi um dos fatos mais importantes de 87".

**Marcos Palma, o dono da idéia**

38

A última amostra é também a que aparece de maneira mais tardia na cronologia de eventos do "Verão da Lata", publicada em 10 de janeiro de 1988. Se todas as reportagens vistas até agora abordam a chegada das latas às praias, o trabalho da polícia e a reação dos banhistas, essa é uma das que explorou o impacto do evento na sociedade. Especificamente, é uma reportagem sobre um dos caminhos de permanência do "Verão da Lata" no imaginário da população carioca: a moda.

Seu título já demonstra uma escolha léxica informal e com uso de gírias. Utilizando o "Significado de palavras", destaca-se logo a escolha da expressão "Da lata", uma gíria surgida por conta do próprio "Verão da Lata" e que significa algo positivo. Na manchete, o uso não é este, mas é a primeira ocorrência do termo "da lata", associado diretamente a gíria, nas páginas dos jornais analisados. Mais do que isso, ele é seguido diretamente de outra gíria, "dá bode", que por sua vez significa problema. O duplo uso de gírias, portanto, demonstra um tom humorístico que se mantém ao longo da reportagem.

Apesar de não ser assinada, a matéria do *Jornal do Brasil* demonstra uma voz própria marcante, que para além do título se repete em seu *lide*. Em uma abordagem diferente de todas as amostras vistas até agora, a reportagem abre com uma citação da música "Metáfora" de Gilberto Gil, que serve para introduzir o assunto da venda de camisetas da lata, que

<sup>38</sup> Reportagem publicada no dia 10 de janeiro de 1988, na página 14 do caderno de cidade do *Jornal do Brasil*

tiveram sua comercialização proibida pela polícia. Nesse caso, se evidencia então uma “Coesão” e “Transitividade” ímpares em relação aos outros textos.

As “Representações discursivas” da reportagem são distintas das demais analisadas. A voz principal da matéria não é a da polícia, que só aparece em discurso indireto. Quem fala, além do próprio *JB*, é Felipe Amodéu, vendedor das camisetas. É outro ponto de diferença, possivelmente explicado por conta do teor de matéria de “comportamento” em oposição ao boletim policial das demais reportagens. Ainda assim, a amostra foge bastante do tom de voz notado até aqui, inclusive contando com a frase de Amodéu: “essa foi a maior piada do ano”. Na categorização de “Interdiscursividade”, é possível identificar na matéria um registro inovador em seu tom. Sua forma é tradicional e não foge do visto até o momento, mas seu tom leve e descontraído e sua escolha por dar voz a um personagem que não de uma instituição a colocam como uma notícia fora do comum.

Observando as sete amostras em conjunto, é possível perceber alguns traços recorrentes entre as reportagens. Em primeiro lugar, a predominância da versão policial dos fatos narrados. Ainda que em intensidades diferentes, todos os textos analisados contêm a versão da Polícia Federal ou Militar sobre os acontecimentos do “Verão da Lata”. Mais do que isso, na maioria das reportagens, essa é a única versão exposta, colocando a palavra da instituição como a final. Contudo, há uma particularidade entre todas as amostras que foge das tendências apresentadas no Capítulo 1: apesar da predominância da visão policial, tanto *O Globo* quanto o *Jornal do Brasil* fogem de associação entre a maconha e a violência, nesse caso. Uma explicação possível para isso é a falta de ligação direta do caso com o tráfico de drogas, um dos principais personagens na guerra urbana contada pelos dois jornais.

Considerando as observações sobre jornalismo de cidade feitas no segundo capítulo, um quesito se destaca: a Zona Sul do Rio de Janeiro é o centro das apurações. Mesmo havendo uma quantidade considerável de pautas falando de outras áreas, o tratamento entre nas reportagens não é o mesmo. Os acontecimentos de áreas como Angra dos Reis, Itaúna e outros pontos do resto do estado não são tratados com urgência, mostrando quase sempre certo tom humorístico e leve. Já dentro dos limites da cidade do Rio de Janeiro, a divisão fica mais clara. Na matéria vista sobre os bairros da Zona Oeste, o tom é claramente policial e os envolvidos e passantes não tem voz. O formato é de boletim de ocorrência. Já nas matérias contando ocorridos da Zona Sul, a postura é outra. Não há noticiário de crime diretamente associado a chegada das latas nas praias de Ipanema e Leblon. Há apenas uma

descrição de ações efetivas da força policial, que funcionam para manter a paz no local e impedir qualquer quebra do cotidiano da área. Além disso, há um forte aspecto lúdico na cobertura do *Jornal do Brasil*.

A diferença entre os dois jornais é notável: ainda que, no fundo, cubram o “Verão da Lata” nos mesmos episódios, *O Globo* e o *Jornal do Brasil* apresentam-se de maneira completamente diferente para seus leitores. O primeiro, fazendo uma cobertura consideravelmente mais sóbria, utilizando fotografias mostrando as ações policiais, dando mapas sobre a chegada das latas e não assinando nenhuma matéria. Há, em todo momento, um tom de tranquilização para o leitor, que recebe os acontecimentos sempre como contidos e relativamente prosaicos, especialmente se tratando de um ocorrido na Zona Sul carioca. Já o *Jornal do Brasil* segue outra linha, consideravelmente mais descontraída. Utilizando-se de ilustrações e caricaturas, e dando espaço para textos humorísticos, leves e mais particulares — inclusive alguns assinados pelos repórteres — o jornal acaba por ver o “Verão da Lata” sob um olhar de comportamento, algo ausente no *Globo*. Mais do que isso, o *Jornal do Brasil* também acaba por abordar e dar mais destaques às notícias de fora do centro do Rio de Janeiro. Isso fica evidente, por exemplo, na comparação das amostras 5 e 6, em que o *JB* dá destaque aos acontecimentos do interior do estado enquanto estes só figuram com destaque na última coluna da reportagem do *Globo*.

Em suma, através da Análise do Discurso Crítica, é possível entender a relação dos dois jornais em com a literatura apresentada nos dois primeiros capítulos. O *Globo*, apesar de não entrar na questão de violência urbana com o “Verão da Lata”, acaba por reproduzir os comportamentos editoriais apontados na literatura analisada; dá menos valor ao acontecido fora da Zona Sul carioca; mantém um tom de voz em suas reportagens que é superficialmente neutro; acompanha sempre a versão “oficial” dos fatos; e ignora a dimensão social do ocorrido, tratando-o apenas como um caso de polícia. Já o *Jornal do Brasil*, tem uma relação mais inovadora com o “Verão”; ainda que privilegie a versão oficial, ele é capaz de ouvir participantes com outras experiências; dá voz a questionamentos sobre a ação da polícia (amostra 7) e sobre a natureza dos crimes cometidos durante o episódio, sugerindo uma questão social para eles (amostra 3); e dá um abordagem editorial de leveza e que enxerga fatores de comportamento dentro dos acontecimentos do “Verão da Lata”.

## 5. CONCLUSÃO

A análise metodológica e qualitativa das reportagens publicadas pelo *Jornal do Brasil* e *O Globo*, revelam a particularidade do “Verão da Lata” em seu contexto histórico. Com a bibliografia vista nos dois primeiros capítulos, é perceptível a abordagem então única feita pela imprensa carioca. Ainda que em intensidades diferentes – com o *Jornal do Brasil* demonstrando mais liberdade e inovação em seus formatos – ambos os jornais acabaram por desassociar completamente a chegada da maconha nas praias cariocas à violência e segurança pública, algo que fugia da regra estabelecida ao longo das décadas anteriores. Viu-se que os jornais brasileiros criaram um precedente, ao longo do século XX, para uma narrativa que privilegiava a visão do Estado e da polícia.

Porém, se drogas ilícitas eram retratadas em uma imagem desesperadora de seus efeitos como fatores de falência social, no “Verão da Lata”, a maconha assumiu um papel inofensivo. Nas reportagens analisadas, as latas eram ao mesmo tempo vistas como fato curioso e uma inconveniência ou perturbação da ordem pública de escala contida. A visão dos jornais mais evidente era a de que, ao longo daqueles meses, as matérias sobre o “Verão” serviriam para aliviar um pouco as tensões das outras notícias mais urgentes e preocupantes.

De diversas maneiras, a cobertura feita sobre o “Verão da Lata” antecipou como a maconha seria por vezes tratada na imprensa brasileira nos primeiros anos do século XXI em diante. A leveza se tornou um tom de voz possível para tratar do entorpecente. Naquele momento, entre setembro de 1987 e março de 1988, a droga não era mais motivo de calamidade pública. Nas páginas dos jornais do Rio de Janeiro, ainda que por um tempo limitado, os leitores puderam se deparar com uma cobertura despreziosa e pouco agressiva. Em sua profunda especificidade, o “Verão da Lata” acabou por desassociar a droga do tráfico nas comunidades cariocas, permitindo aos repórteres vislumbrarem um momento em que a maconha não necessariamente seria uma das causas da derrocada do Rio de Janeiro. Sim, estava associada ao tráfico internacional, do “Solana Star”, mas sua aparição não estava ligada à falência do poder público e sim a uma casualidade de caráter internacional. No “Verão da Lata”, a maconha apareceu longe das armas. Foi, por um tempo, companheira da risada.

## 6. BIBLIOGRAFIA

- AQUINO, Wilson. *Verão da Lata: um verão que ninguém esqueceu*. São Paulo: Leya, 2012. 216 pg.
- BUENO, Ronaldo Velho, BAPTISTA, Maria Luiza Cardinale. *Narrativas urbanas: o jornalismo como dispositivo de reinvenção do sujeito e de sua relação com a cidade*. In: Intercom – XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015. 9 pg.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. 316 pg.
- LOSNAK, Célio José. *O jornalismo e a cidade*. In: Intercom – XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Recife: Universidade Católica de Pernambuco. 2011. 15 pg.
- MASTROIANNI, Fábio de Carvalho. *As drogas psicotrópicas e a imprensa brasileira: análise do material publicado e do discurso dos profissionais da área de jornalismo*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de São Paulo, UNIFESP. São Paulo, 2006. 118 pg.
- NOTO, Ana Regina, et al. *Drogas e saúde na imprensa brasileira: uma análise de artigos publicados em jornais e revistas*. In: Cadernos de Saúde Pública. V.19, nº1, Rio de Janeiro, 2003. pg 69-79.
- \_\_\_\_\_, et al. *Cobertura jornalística sobre drogas: distorções e potencialidades na prevenção*. In: RONZANI, Telmo Mota. (Org.) *Ações integradas sobre drogas: prevenções, abordagens e políticas públicas*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013. pg 277-291.
- NOVAES, André Reyes. *Cartografia jornalística, imagem e significado: um estudo da representação das drogas ilícitas na imprensa brasileira*. In: ROSENDAHL, Zeny, CORRÊA, Roberto Lobato. *Espaço e cultura: Pluralidade Temática*. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2008. pg 211-248.
- PERES, Ana Cláudia. *Narrar o outro: notas sobre a centralidade do testemunho para as narrativas jornalísticas*. In: Anais do XXIII Encontro Anual da Compós. Belém: Universidade Federal do Pará, 2014. 14 pg.
- RAVAZZI, Samanta, BOCHEMBUZZO, Daniela Pereira. *A importância do texto de qualidade para o jornalismo impresso diário: um estudo de caso sobre o Jornal da Cidade*. In: Intercom – XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015. 15 pg.
- SEIXAS, Netília Silva dos Anjos. *Jornalismo e ironia: produção de sentido em jornais impressos no Brasil*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco, UFPE. Recife, 2006. 256 pg.

SILVA, Marcos Paulo da. *Jornalismo, Cotidiano e Experiência Estética: uma discussão sobre a interface dos campos calcada na regularidade cotidiana*. In: Anais do XXIV Encontro Anual da Compós. Brasília: Universidade de Brasília, 2015. 18 pg.

SILVA, Maria Terezinha da, FRANÇA, Vera Regina Veiga. *Jornalismo e noticiabilidade: quem constrói os valores-notícia?* In: Anais do XXVI Encontro Anual da Compós. São Paulo: Faculdade Cásper Libero, 2017. 20 pg.

SOARES, Rosana Lima. *Narrativas da notícia: jornalismo e estigmas sociais*. In: II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2004. 14 pg.

TAVARES, Frederico de Mello Brandão, VAZ, Paulo Bernardo Ferreira. *Cidades em "Cidades"*. In: Estudos de Jornalismo e Mídia. V.2, nº 2, 2005. pg 51-61.

TORCATO, Carlos Eduardo de Martins. *Breve história da proibição das drogas no Brasil: uma revisão*. In: Inter-Legere. nº15, Natal, 2014. pg 138-162.

VAN DIJK, Teun A. *News as Discourse*. 1ed. Hillsdale, Nova Jérsei: Lawrence Erlbaum Associates, 1988. 182 pg.

\_\_\_\_\_ *News Analysis*. 1ed. Hillsdale, Nova Jérsei: Lawrence Erlbaum Associates, 1988. 294 pg.

VELHO, Gilberto. *Nobres & Anjos: um estudo de tóxicos e hierarquias*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. 216 pg.